

JOSUÉ QUEIRÓS FONSÊCA NETO

EFEITO DOS PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO, DO CRUZADO  
AO REAL, SOBRE OS NÍVEIS DE RENDIMENTO E  
EMPREGO.

SALVADOR

1996

JOSUÉ QUEIRÓS FONSÊCA NETO

EFEITO DOS PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO, DO CRUZADO  
AO REAL, SOBRE OS NÍVEIS DE RENDIMENTO E  
EMPREGO.

Monografia Elaborada Como Requisito Para Conclusão do Curso  
de Graduação em Ciências Econômicas na Universidade Federal  
da Bahia.

ORIENTADOR: Prof. João Damásio Oliveira Filho

SALVADOR

1996

## APRESENTAÇÃO

A proposta desse trabalho monográfico é identificar o impacto dos planos de estabilização sobre os trabalhadores. A intenção é relacionar os aspectos recessivos de cada plano com variações nos níveis de salário e emprego, podendo visualizar através de números o tamanho dos custos impostos pelos planos. O desejo é apontar em que medida a estagnação que os planos de estabilização econômica provocaram na economia determinaram perdas de poder aquisitivo e de empregos no período entre 1986 e 1995.

Esse trabalho é composto de seis capítulos. O primeiro faz uma breve exposição das principais correntes teóricas sobre inflação que influenciaram as medidas tomadas em cada plano de estabilização dessa última década. Os capítulos seguintes, do segundo ao sexto, tratam da análise dos planos de estabilização. Nesses capítulos são feitas breves caracterizações teóricas, de forma a deixar claras as características ortodoxas de cada plano. Em cada capítulo há uma exposição das variações quantitativas que cada plano determinou sobre as variáveis em estudo.

Nos índices de inflação, rendimentos e desemprego são apresentados dados de mais de um instituto de pesquisa como forma de indicar explicitar o comportamento das variáveis em estudo a partir de duas metodologias diferentes. Os índices de rendimentos utilizados são referentes aos trabalhadores assalariados e são compostos, fundamentalmente, pelos salários. As análises, no entanto, serão centradas nos dados do DIEESE. Essa escolha se deve, no que diz respeito aos rendimentos, pelo fato do DIEESE mostra-se mais completo pois considera para o cálculo dos rendimentos reais aumentos do custo de vida que são expurgados pelo IBGE, como exemplo temos o empréstimo compulsório, cobrado durante o Plano Cruzado, que não foi levado em consideração pelo IBGE. Quanto ao desemprego o DIEESE mostra-se mais completo por incluir o desemprego aberto e oculto enquanto o índice do IBGE só leva em consideração o desemprego aberto.

## AGRADECIMENTO

Desejo agradecer ao Prof. João Damásio pela sua boa vontade na condução do trabalho de orientação, colocando-se sempre à disposição para a resolução de problemas referentes à elaboração deste trabalho.

A você, João, um sincero muito obrigado.

## SUMÁRIO

	<b>LISTA DOS GRÁFICOS</b>	6
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	8
<b>2</b>	<b>ASPECTOS TEÓRICOS</b>	10
2.1	INTRODUÇÃO	10
2.2	CORRENTES TEÓRICAS	11
2.2.1	Corrente Ortodoxa	11
2.2.2	Corrente Inercialista	13
2.2.3	Corrente Pós-Keynesiana	16
<b>3</b>	<b>PLANO CRUZADO</b>	19
3.1	O PLANO	19
3.2	RENDIMENTOS E EMPREGOS	26
<b>4</b>	<b>PLANO BRESSER</b>	29
4.1	O PLANO	29
4.2	RENDIMENTOS E EMPREGOS	35
<b>5</b>	<b>PLANO VERÃO</b>	38
5.1	O PLANO	38
5.2	RENDIMENTOS E EMPREGOS	43
<b>6</b>	<b>PLANO COLLOR</b>	45
6.1	O PLANO	45
6.2	RENDIMENTOS E EMPREGOS	51
<b>7</b>	<b>PLANO REAL</b>	54
7.1	O PLANO	54
7.2	RENDIMENTOS E EMPREGOS	61
<b>8</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	64
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	68
	<b>ANEXOS</b>	71

## LISTA DE GRÁFICOS

• Gráfico 1 - Inflação - Plano Cruzado	21
• Gráfico 2 - Índice/Produção Industrial - Plano Cruzado	22
• Gráfico 3 - Taxa de Cambio (variação real) - Plano Cruzado	22
• Gráfico 4 - Poupança Bruta (% do PIB)	22
• Gráfico 5 - Saldo da Balança Comercial - Plano Cruzado	22
• Gráfico 6 - Reservas internacionais (1985/1986)	22
• Gráfico 7 - Índice de Rendimentos Reais - Plano Cruzado	26
• Gráfico 8 - Taxa de Desemprego - Plano Cruzado	28
• Gráfico 9 - Inflação - Plano Bresser	31
• Gráfico 10 - Taxa de Cambio (variação real) - Plano Bresser	33
• Gráfico 11 - Índice/Produção Industrial - Plano Bresser	33
• Gráfico 12 - Saldo da Balança Comercial - Plano Bresser	33
• Gráfico 13 - Reservas internacionais (1986/1988)	33
• Gráfico 14 - Índice de Rendimentos Reais - Plano Bresser	35
• Gráfico 15 - Taxa de Desemprego - Plano Bresser	36
• Gráfico 16 - Inflação - Plano Verão	40
• Gráfico 17 - Saldo da Balança Comercial - Plano Verão	42
• Gráfico 18 - Reservas internacionais (1988/1989)	42
• Gráfico 19 - Índice/Produção Industrial - Plano Verão	42
• Gráfico 20 - Índice de Rendimentos Reais - Plano Verão	43
• Gráfico 21 - Taxa de Desemprego - Plano Verão	44
• Gráfico 22 - Inflação - Plano Collor	47
• Gráfico 23 - Variação do PIB (1989/1991)	48
• Gráfico 24 - Índice/Produção Industrial - Plano Collor	48
• Gráfico 25 - Comércio Exterior (1990/1991)	48
• Gráfico 26 - Índice de Rendimentos Reais - Plano Collor	51
• Gráfico 27 - Taxa de Desemprego - Plano Collor	52
• Gráfico 28 - Inflação - Plano Real	56
• Gráfico 29 - Reservas Internacionais (1993/1995)	60

• Gráfico 30 - Comércio Exterior (1993/1995)	60
• Gráfico 31 - Índice/Produção Industrial - Plano Real	60
• Gráfico 32 - Part. Perc. das Imp. de Máquinas sobre o Total das Imp. (85/95)	60
• Gráfico 33 - Índice de Rendimentos Reais - Plano Real	61
• Gráfico 34 - Taxa de Desemprego - Plano Real	62
• Gráfico 35 - Inflação (1986-1995)	65
• Gráfico 36 - Desemprego (1986-1995)	65
• Gráfico 37 - Rendimentos Reais (1986-1995)	65

## 1 INTRODUÇÃO

A inflação tem sido a grande preocupação do brasileiro nessa última década. No período de 1986 até hoje a população se tornou íntima de assuntos e termos econômicos relativos ao combate do processo inflacionário. Nesse período o país experimentou cinco Planos de Estabilização econômica: o Cruzado, o Bresser, o Verão, o Collor e o Real. Esses planos invariavelmente fracassaram em relação ao seu principal objetivo, com exceção do plano real que continua conseguindo manter o índice de inflação em níveis baixos.

O controle do processo inflacionário se tornou uma obsessão no país durante o período em questão. Uma obsessão que ofuscou a questão do desenvolvimento econômico e da melhor distribuição de renda. Enfim, os problemas sociais foram deixados em segundo plano, até porque o discurso político do período fez crer que o elevado patamar de inflação seria o único responsável pela mazelas da população. Vencida a inflação todos os problemas seriam naturalmente solucionados.

A caracterização da inflação como o grande inimigo a ser vencido permitiu que em nome dessa luta se impusesse medidas duras, e impopulares, à sociedade. Custos que sempre se afirmou serem passageiros e cuja aceitação permitiria a normalização do funcionamento da economia possibilitando a retomada do crescimento econômico, o que beneficiaria a todos.

No entanto, o que se percebe hoje, na convivência do dia-a-dia com as pessoas, é uma deterioração da situação econômica do país, mais acentuadamente da parte da população que tem como fonte principal de renda o salário. Após mais de uma década sendo submetidos às mais diversas formas de combate à inflação, e passando por um período de mais de dois anos<sup>1</sup> com a economia estabilizada, a prosperidade não chegou, muito pelo contrário.

Fica em questão, então, a validade desses planos. Não que não houvesse a necessidade da adoção medidas para barrar o processo de aceleração inflacionária, pois não há como

---

<sup>1</sup> Desde julho de 1994, quando do lançamento do Real, até agosto de 1996.



questionar o fato que inflações em níveis elevados causam prejuízo à economia, fazendo as pessoas perderem a noção de valor, desagregando a economia, causando perdas de poder aquisitivo. A questão é se esses planos trouxeram benefícios para a população, especificamente a assalariada, ou contrariamente têm um balanço negativo.

Os discursos a cada novo plano econômico sempre alertaram para as características danosas da aceleração da inflação. Os planos sempre foram anunciados como o caminho da salvação. O problema é que planos de estabilização, assim como o processo de aceleração da inflação, também geram custos à população, como consequência, principalmente, das medidas restritivas de combate à inflação fruto do receituário ortodoxo, e, mais recentemente, das medidas de liberalização da economia.

## 2 ASPECTOS TEÓRICOS

### 2.1 INTRODUÇÃO

Para entender as modificações ocorridas nessa década de planos de estabilização econômica, compreendida entre 1986 e 1995, faz-se necessária a compreensão do processo de aceleração da inflação desde o início dos anos 80 e das correntes teóricas que influenciaram a formulação dos planos econômicos. A identificação das influências teóricas em cada plano permite compreender melhor as variações nos níveis de salários reais e de emprego ocorridas durante o período em questão.

A inflação que nos últimos anos da década de 70 apresentou índices de 38,7% em 1978 e 53,9% em 1979, mudou de patamar a partir de 1980. Nesse ano a inflação supera os 100%, nível onde permaneceu até 1982. Em 1983 a inflação voltou a acelerar-se, superando nos anos de 1984 e 1985 a barreira dos 200%. Nesse dois anos os índices ficaram entre 220 e 230%.

Essa aceleração da inflação no início dos anos 80 tem várias causas. Fatores como maxidesvalorizações cambiais, quebras de safras agrícolas e elevação do preço do petróleo no mercado internacional tiveram forte influência sobre os índices, impulsionando-os para cima.

A partir de 1982, com a crise da dívida externa dos países da América Latina, o FMI começou a impor seu receituário ortodoxo, com medidas de caráter recessivo. Seguir o receituário do FMI foi necessário pois constituía-se numa exigência desse organismo para a concessão do seu aval para que as instituições financeiras internacionais concedessem novos empréstimos ao Brasil. Empréstimos, esses, necessários para que fosse possível cobrir os déficits do Balanço de Pagamentos.

Essa foi a fase das Cartas de Intenções. O Brasil redigiu várias dessas cartas, que com a mesma intensidade com que foram escritas, foram descumpridas.

O insucesso do receituário ortodoxo, tendo em vista que a inflação continuava no seu processo de aceleração, levou a equipe econômica do governo Sarney a considerar novas formas de combater a inflação. O início de 1986 foi marcado pela elevação da inflação para um novo patamar, por volta de 400%<sup>2</sup>. O medo de uma explosão ainda maior dos preços provocou no governo a decisão de abandonar o método ortodoxo gradualista de combate à inflação, partindo para a implementação de planos econômicos com interferência mais direta sobre a economia.

Na década que seguiu ao ano de 1986 houve uma sucessão de planos econômicos de estabilização. A economia sofreu constantes mudanças. Períodos de alta e baixa inflação se sucederam, assim como diferentes padrões monetários.

Desse conjunto de planos econômicos, como consequência do fato se ter percebido que a inflação brasileira tinha vários fatores determinantes, foi utilizada uma mistura de medidas provenientes de vários receituários. Cada plano foi composto por medidas de mais de uma corrente teórica.

O comportamento dos níveis de salário e emprego ficou sujeito às políticas de combate à inflação. Quanto mais os planos apresentam ingredientes recessivos, mais prejudiciais tendem a ser para os trabalhadores.

## 2.2 CORRENTES TEÓRICAS DE COMBATE À INFLAÇÃO

### 2.2.1 Corrente Ortodoxa

A corrente ortodoxa propõe o controle da inflação pela contenção da demanda agregada. Enxerga a inflação como um fenômeno nitidamente de mercado, onde há um desequilíbrio entre demanda e oferta. O crescimento da demanda acima da capacidade da oferta é identificado como o fator determinante da aceleração dos preços.

---

<sup>2</sup> Taxa anualizada a partir da inflação medida entre novembro de 1985 e fevereiro de 1986.

A sua teoria sobre inflação se baseia no padrão Walrasiano de formação de preços. Segundo esse modelo, o mercado funciona como se existisse a figura de um leiloeiro que “garante o ajustamento dos mercados que apresentam desequilíbrios entre oferta e demanda” (Kandir, 1990). Quando demanda e oferta não apresenta-se equilibradas as transações são interrompidas até que o equilíbrio seja restaurado. O preço é a variável que permite esse ajuste entre oferta e demanda. “Assim, a concepção de equilíbrio implícita na visão Walrasiana atribui aos preços o papel fundamental de ajustadores do sistema, desempenhado através de suas variações” (Kandir, 1990: 31).

Segundo os monetaristas o agente que pode determinar o desequilíbrio entre demanda e oferta, e assim fazer os preços variarem, é a moeda. Como afirma Friedman (1968), “a inflação é em todo e qualquer lugar um fenômeno monetário”. Um excesso de moeda na economia seria o fator determinante do aumento da demanda e, conseqüentemente, do aparecimento da inflação. A expansão monetária se dá para cobrir o déficit das contas públicas.

Um crescimento da taxa de expansão monetária, determinada exogenamente, teria o poder de aquecer a economia acima do ponto de pleno emprego da economia. Esse aquecimento levaria a um crescimento dos salários e, com base na curva de Phillips, a um crescimento da inflação. O crescimento dos preços num segundo momento levaria os salários de volta aos seus valores originais. A inflação, no entanto, tenderia a manter o seu novo patamar, devido a uma rigidez para baixo dos preços. Esse mecanismo fica claro na versão aceleracionista da curva de Phillips, de Friedman.

Seguindo essa visão, o clássico combate ortodoxo à inflação se dá por três instrumentos: o aperto da liquidez da economia, o controle dos gastos públicos e o controle do crescimento dos salários reais.

O controle do déficit público é necessário para que não haja um excesso de demanda via crescimento dos gastos governamentais. Um crescimento desses gastos acima da arrecadação acaba causando um crescimento da demanda acima da oferta.

O controle dos salários deve ser exercido para que estes não sejam elevados em termos reais e pressionem os preços via aumento do consumo. Os salários podem influenciar a inflação, também, na medida em que influem nos custos de produção.

Dessa forma, a ortodoxia recomenda para controlar a inflação a utilização dos seguintes instrumentos: (1) provocar um aperto na liquidez do mercado, controlando a emissão de moeda, elevando as taxas de juros e restringindo as linhas de crédito ao consumo e ao investimento; (2) controlando as contas do governo, controle que pode se dar por cortes nos gastos ou por ajustes fiscais para aumentar a arrecadação; (3) implantação de uma política salarial que controle os ganhos reais de salário, que só devem crescer num ambiente de crescimento econômico.

O problema desse receituário ortodoxo de controle da inflação é que, ao exercer forte controle restritivo sobre a demanda agregada, acaba por provocar um desaquecimento da economia, podendo até levar a uma recessão, prejudicial aos níveis de salários e emprego.

### **2.2.2 Corrente Inercialista**

A corrente inercialista ganhou importância a partir do início dos anos 80 devido aos insucessos do combate à inflação pelo método ortodoxo gradualista. Para os inercialistas é a memória do passado que determina a continuidade da inflação. O passado inflacionário é transferido para os preços do futuro através dos mecanismos de indexação da economia.

O pensamento inercialista é baseado na teoria estruturalista sobre inflação. Essa teoria aponta fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação.

Os fatores aceleradores da inflação são aqueles capazes de tirar a inflação do nível em que se encontra, fazendo com que mude de patamar. São capazes de interferir numa inflação que se encontra estabilizada, elevando-a. São fatores aceleradores da inflação:

- (1) o aumento dos salários médios reais acima do aumento da produtividade;
- (2) um aumento das margens de lucro sobre a venda das empresas;

- (3) as desvalorizações reais da moeda;
- (4) o aumento do custo dos bens importados;
- (5) o aumento dos impostos.

Os fatores mantenedores da inflação são mecanismos que, uma vez iniciada a inflação, tendem a perpetuá-la. Esses fatores fazem com que a inflação mantenha-se em determinado nível sem que necessariamente haja pressão de demanda, e pode conviver com elevados índices de desemprego.

Esses fatores mantenedores são determinados por um conflito distributivo entre agentes econômicos. Cada qual lutando para manter ou ampliar sua participação na renda total.

Quando a inflação se eleva muito acabam sendo criados indexadores, formais ou informais, que facilitam a propagação dos aumentos de preços. Esse é o tipo de inflação conhecido como inercial e que tem grande resistência ao receituário ortodoxo.

Os fatores sancionadores da inflação são: o aumento dos meios de pagamentos e o déficit público. O aumento da quantidade de moeda é visto como determinado pelo aumento de preços, numa inversão causal entre quantidade de moeda e preços em relação à visão monetarista da Teoria Quantitativa da Moeda. Segundo essa visão o aumento dos meios de pagamentos não determina o aumento de preços, apenas permite que esse aumento se dê. O mesmo acontece com o déficit público. Ele poderia ser um fator acelerador em uma economia que trabalhasse no limite de sua capacidade. O aumento dos gastos governamentais poderia impulsionar a inflação. Porém, como as economias na maior parte do tempo não trabalham no limite, o déficit público funciona como agente sancionador.

A idéia dos inercialistas é que a inflação, a partir de um certo patamar, adquire caráter essencialmente autônomo. Independentemente de fatores aceleradores que pressionem a demanda ou os custos de produção, a inflação ganha dinâmica própria através dos mecanismos de indexação.

Dessa corrente inercialista surgiram duas linhas de combate à inflação: uma é a do “choque heterodoxo”, defendido por Francisco Lafaiete Lopes; a outra é a da “moeda indexada”, dos economistas Pêrsio Arida e André Lara Resende.

O “choque heterodoxo” “consiste no congelamento ríspido e total dos preços, acompanhado de uma liberalização das políticas monetária e fiscal” (LOPES, 1986: 119). Após a fase de congelamento total há uma fase de descongelamento parcial, onde se admite reajuste dentro de certos limites. O controle de preços e salários deve ser acompanhado de medidas fiscais e monetárias passivas.

A “moeda indexada” propõe a criação de um superindexador para a economia funcionando como uma quase moeda. Propõe que todos os preços da economia sejam paulatinamente convertidos para este indexador. A conversão de todos os preços para esse indexador tem a função de alinhar os preços relativos. A partir do momento que esses preços estejam alinhados, passam a ser reajustados de forma sincronizada, eliminando o conflito distributivo. Com a conversão, os preços ficam protegidos das desvalorizações da moeda. Estando todos os preços convertidos e alinhados o indexador passa a ser moeda, em substituição à antiga, eliminando-se a inflação.

O receituário heterodoxo por não apelar para políticas econômicas recessivas revela um lado positivo para os rendimentos e empregos. A conversão salarial pela média dos salários recebidos em um certo período anterior, no entanto, determina prejuízo para os trabalhadores.

Segundo o argumento dos defensores da conversão pela média, a conversão dos salários pelo pico provocaria um aumento real dos rendimentos dos trabalhadores de tal magnitude que inviabilizaria o congelamento do preços devido ao consequente crescimento dos custos de produção. A conversão pela média era defendida pois garantia a manutenção do verdadeiro poder de compra dos trabalhadores. O salário de pico não corresponderia ao salário real.

O problema da conversão pela média é que quando esta se dá o patamar que representava a média dos salários passa a representar o pico. Os salários, com a

continuidade da elevação dos preços, passam a flutuar desse novo patamar de pico para baixo, estabelecendo uma nova média, inferior à anterior.

### 2.2.3 Corrente Pós-Keynesiana

A visão Pós-Keynesiana sobre o processo de aceleração da inflação tem como ponto de partida o padrão de formação de preços Marshall-Kaleckiano. Segundo esse padrão a formação dos preços, e suas variações, devem ser entendidos a partir do ambiente da firma e de sua busca pela valorização do capital. Seguindo essa visão, “os preços assumem a função direta de garantia de uma taxa de lucro desejada para uma firma que se defronta com uma estrutura objetiva de custos”. (Kandir, 1990: 32)

A formação e a variação dos preços é vista segundo a ótica da valorização do capital. As firmas ajustam seus preços a partir da necessidade de garantir que seu capital seja valorizado após o ciclo produtivo. Para isso, sobre os custos de produção, as firmas adicionam um mark-up que garante essa valorização.

Para Keynes, os preços são formados a partir dos custos de produção e das perspectivas de desvalorização do capital investido, proveniente do seu desgaste na produção, e depreciação dos estoques. A estrutura Keynesiana de formação de preços tem, assim, um componente subjetivo, dado pela expectativa de valorização futura do capital e dos estoques da firma. Dessa forma, o preço deve ser “tal que garanta a cobertura de todos os custos, inclusive aquele associado à perda de capital prevista, além de proporcionar remuneração adequada ao capital.” (Kandir, 1990: 101). O preço no curto prazo é influenciado pelo comportamento da economia no longo prazo.

Apesar do componente subjetivo, para Keynes, numa economia “normal”, Os preços não apresentam grandes variações no curto prazo. Eles devem flutuar em torno do preço normal.

Dessa forma, aceitando-se os parâmetros de modelo Keynesiano, se torna difícil entender o processo de aceleração inflacionária, onde os preços variam muito rapidamente. Esse



processo, para os pós-keynesianos, é explicado justamente pela inexistência dos supostos do modelo Keynesiano devido à ruptura do sistema monetário internacional.

Segundo Maria da C. Tavares (1986: 49, 50) o processo de aceleração dos preços deve ser entendido a partir das diferentes dinâmicas de formação de preços, dos dois mercados distintos do modelo Keynesiano. Esses dois mercados distintos são os dos flex-prices e dos fix-prices.

Os flex-prices são, essencialmente, formados pelos mercados de commodities. Esses são preços flexíveis no curto prazo. Podem “flutuar instantaneamente ante uma modificação de demanda.” (Tavares e Belluzo, 1986: 50)

Os fix-prices são os preços industriais. Esses preços, dentro das condições de normalidade, não flutuam no curto prazo. Eles “só poderiam subir no próximo período de produção, diante de um incremento da demanda se se verificasse uma rigidez de oferta” (Tavares e Belluzo, 1986: 50). Essa rigidez de oferta só poderia ocorrer numa situação de pleno emprego.

Enfim, a estabilidade dos fix-prices dependem da estabilidade dos juros e do câmbio, o que deve garantir a estabilidade dos preços contratados de fornecimento de matérias-primas e de financiamento, além da estabilidade dos contratos salariais. Dentro dessas condições os custos permaneceriam constantes e, conseqüentemente, os preços também.

A inflação, na visão pós-keynesiana, se dá pela não manutenção da estabilidade dos contratos. Segundo essa corrente, a ruptura do padrão monetário internacional fez com que as taxas de câmbio se tornassem flutuantes, dando aos contratos de fornecimento de matérias-primas um componente de incerteza. Essa ruptura afetou também o equilíbrio de longo prazo das taxas de juros. Dessa forma, “os mercados de estoques - em particular os mercados financeiros não podem mais ser considerados exógenos ao sistema de produção e, portanto, a hipótese da estabilidade dos contratos de oferta e dos contratos de dívida, no período de produção, não se sustenta” (Tavares e Belluzo, 1986: 52).

Essa quebra de estabilidade dos contratos aumentou a incerteza quanto à valorização futura dos capitais investido nas firmas. Esse aumento do grau de incerteza na economia levou as firmas a uma ampliação preventiva dos seus mark-ups, de forma a se protegerem da instabilidade, fazendo subir os preços.

### 3 PLANO CRUZADO

#### 3.1 O PLANO

No dia 28 de fevereiro de 1986 tem início o primeiro de uma sequência de tentativas para controlar a inflação e, assim, estabilizar a economia. Essa é a data de implantação do Plano Cruzado, uma tentativa de conter uma provável explosão inflacionária que se anunciava para o ano de 1986. A taxa anual de inflação, que durante 24 meses estivera num patamar entre 210% e 220%, em fevereiro deste ano ultrapassou os 400% (taxa anualizada) ameaçando atingir índices ainda mais altos no decorrer do ano. Nesse contexto o “choque heterodoxo” foi colocado em prática, como alternativa à linha ortodoxa gradualista de combate à inflação até então utilizada.

O forte crescimento econômico é um importante aspecto da economia brasileira quando do anúncio do Plano Cruzado. Este foi colocado em prática em um momento em que a economia estava em franco processo de retomada do crescimento, um processo que já durava dois anos. O ano de 1985 tinha registrado crescimento de 7,8% do PIB. Alguns setores da produção já operavam com altos índices de utilização da capacidade instalada. Foi a associação entre o aquecimento da economia e o pacote de ajuste fiscal, que o governo havia decretado em dezembro de 1985, que determinou mudança de patamar da inflação. Uma mudança que levou a equipe econômica a adotar o receituário heterodoxo de combate à inflação.

É no Plano Cruzado onde se encontra de forma mais destacada o componente heterodoxo de combate à inflação. O governo fez crer à população que a economia brasileira já havia controlado os fatores aceleradores da inflação. O déficit público estaria sob controle, não necessitando a emissão de moeda para financiar as contas do governo. Foi transmitida a mensagem de que as medidas do pacote fiscal de dezembro de 1985 tinham atingido o objetivo, de reduzir o déficit público para 0,5% do PIB, organizando as contas públicas.

Com o controle das contas públicas para interromper o processo de aceleração da inflação seria apenas necessário atacar o componente inercial. Sendo inercial a inflação, tornava-se necessário o congelamento dos preços e salários, eliminando a indexação que

permitia a propagação da inflação passada para o futuro. Seguindo esse raciocínio o plano foi anunciado tendo como principais medidas a troca do padrão monetário, de cruzeiro para cruzado, o congelamento total de preços e salários, a fixação da taxa de câmbio, mudança regras para o mercado financeiro e o tabelamento das taxas de juros.

A medida principal de combate à inflação foi mesmo o congelamento de preços e salários. A intenção era interromper ao mesmo tempo, e para todos os agentes econômicos, o repasse da inflação passada para os preços.

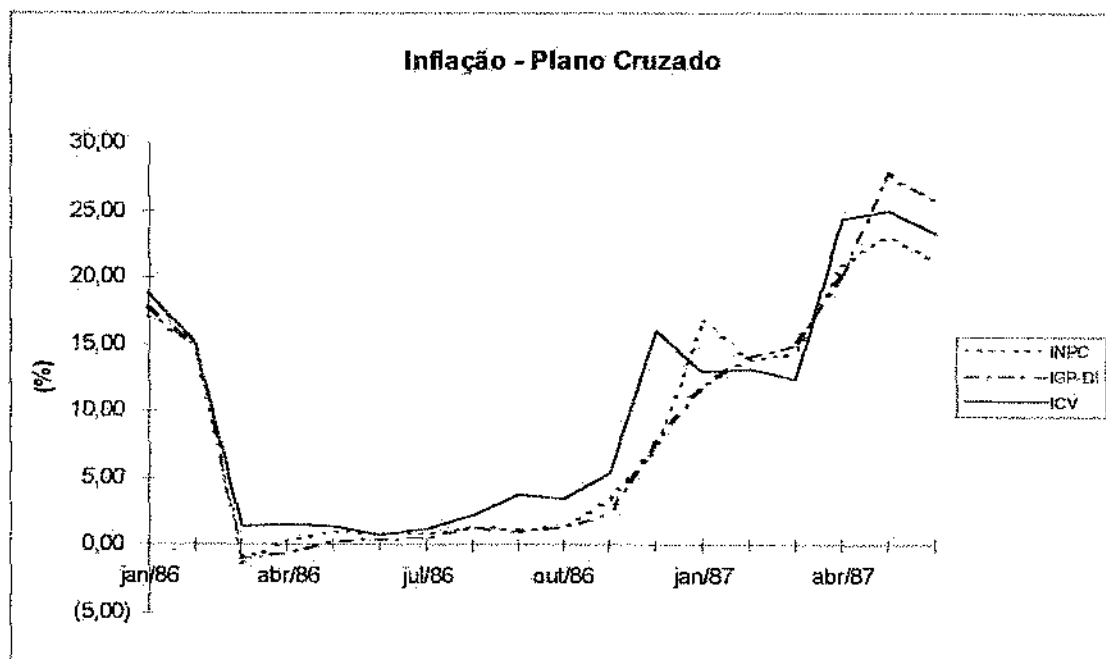
Os preços foram congelados no nível em que se encontravam em 28 de fevereiro de 1986, pelos seus valores de pico. Quanto aos salários, a política salarial no Plano Cruzado foi marcada por duas medidas importantes: a conversão dos salários pela média e a adoção da escala móvel para o reajuste dos salários, também conhecida como gatilho. Quando do anúncio do plano, o governo converteu todos os salários pela média dos últimos seis meses e acrescentou um abono de 8% sobre a média calculada (para o salário mínimo o acréscimo foi de 15%). A partir de então os reajustes deveriam ser feitos toda vez que a inflação acumulada atingisse 20%. Na data-base o reajuste obrigatório seria de apenas 60% do índice oficial de inflação, ficando os 40% restantes na dependência das negociações entre patrões e empregados.

Quanto às políticas monetárias e fiscais, o governo fez crer não serem necessárias medidas ativas, e por isso não estabeleceu metas de controle.

O congelamento proporcionou um início de grande sucesso ao plano derrubando abruptamente a inflação, até porque os preços estavam impedidos por lei de subirem, dando ao governo grande popularidade. O grande motivo do sucesso popular era o fato do plano parecer ter descoberto uma fórmula definitiva de combate à inflação. Essa fórmula ao mesmo tempo em que solucionava o problema dos altos índices de inflação, eliminando o maior inimigo da economia, não penalizava os trabalhadores. O plano não prejudicava a continuidade do crescimento econômico. Muito ao contrário, estimulava-o. Foi criado, assim, um estado de euforia pelas novas possibilidades de consumo para grande parte da população.

De março a novembro de 1986 o plano atingiu seus objetivos. Manteve a inflação baixa e a economia aquecida. A inflação já em março foi diminuída para um valor ao redor de 1%, tendo alguns índices acusados, inclusive, deflação (Gráfico 1, p. 21). Esse patamar baixo foi mantido, embora com diferença entre índices, até o mês de outubro. Nesse mesmo período a economia continuou crescendo, mantendo o ritmo do ano anterior. O ano de 1986 registrou um crescimento de 7,5% do PIB. Esse período, entre março e novembro, foi o momento de sucesso. A ortodoxia, com seu receituário recessivo, parecia coisa do passado.

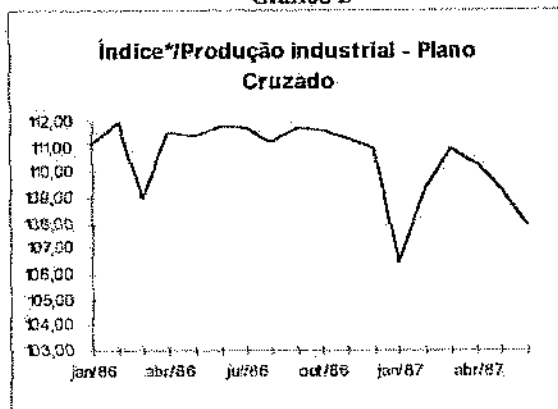
**GRÁFICO 1**



Fonte: Conjuntura Econômica, Julho/1988, p. 58 e 60; SERVE/MACRO - DIEESE, 1994.

Aconteceu, porém, do governo não estar com as contas tão equilibradas como era imaginado e por ele mesmo havia sido anunciado. O anúncio à sociedade de que existiam as condições necessárias para a implantação de um choque heterodoxo de combate à inflação mostrou-se falso. O suposto controle do déficit público não passou de ilusão. A dívida pública mostrou ao longo de 1986 não estar zerada. Uma dívida que, à época, não tinha seu volume totalmente conhecido.

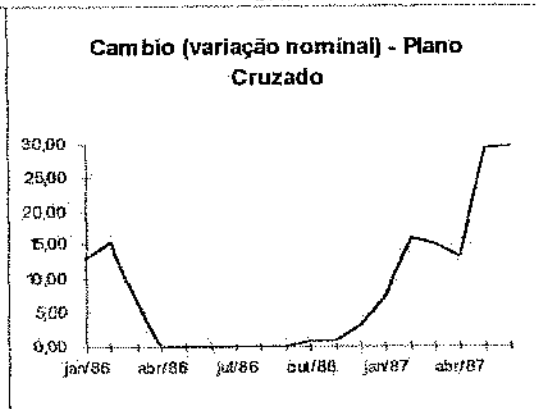
Gráfico 2



Fonte: Conjuntura Económica, julho/1988, p. 62.

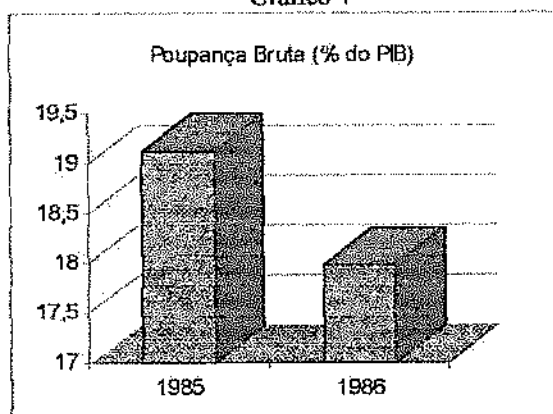
\*Últimos 12 meses em relação a igual período anterior.

Gráfico 3



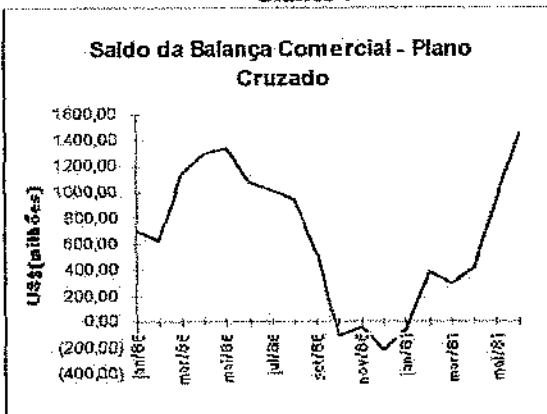
Fonte: Conjuntura Económica, julho/1988, pag. 59.

Gráfico 4



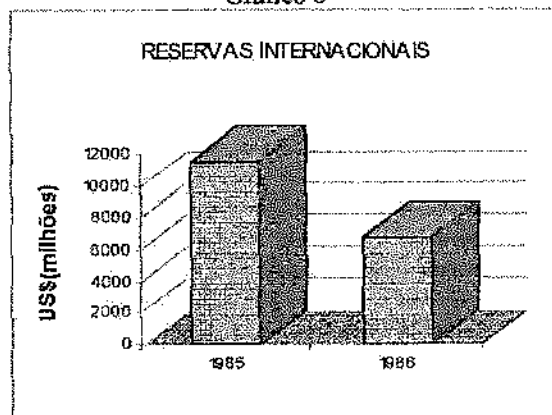
Fonte: Conjuntura Económica, agosto/1996, p., 19.

Gráfico 5



Fonte: Conjuntura Económica, julho/1988, pag. 82.

Gráfico 6



Fonte: Conjuntura Económica, agosto/1996, pag. 17.

O primeiro sinal do descontrole do governo para com as contas públicas foi dado pelo anúncio da cobrança de um empréstimo compulsório sobre gasolina, veículos automotores e passagens aéreas. Foi um sinal de que a continuidade do plano estava ameaçada. O crescimento do déficit público fazia o governo apelar para fontes extras de recursos para fechar suas contas. Surge, assim, o primeiro sinal de ortodoxia do plano.

Como resultado do aumento da carga fiscal em julho, com a cobrança do empréstimo compulsório, o ICV-DIEESE indica que a inflação começou a mostrar um leve crescimento a partir de agosto (gráfico 1, p. 21). Um crescimento que o governo só conseguiu controlar até novembro, “coincidentemente” mês das eleições para governadores, quando o congelamento é suspenso e fica claro o fracasso do plano.

Após novembro de 1986, o tão festejado quadro de estabilidade e crescimento começou a ser revertido (Gráfico 2, p. 22). Ficou clara a inexistência de condições para a manutenção do quadro de estabilização da moeda e do crescimento da economia por muito tempo. O congelamento não podia mais ser sustentado diante da pressão dos produtores por aumentos de preços.

Muitos foram os fatores indicados como culpados pela volta da inflação. O comportamento do governo nas áreas fiscal e monetária foi apontado como um dos principais erros na condução do plano<sup>3</sup>. O comportamento expansionista em ambas as áreas foi indicado como fator impulsionador dos preços. O crescimento do consumo também influenciou a subida dos preços. Desde o começo do plano o consumo cresceu rapidamente, impulsionado, inicialmente, pelo crescimento do poder de compra da moeda decorrente da brusca queda da inflação. Posteriormente outros fatores determinaram o crescimento do consumo. Um dos fatores mais citados foi o crescimento dos salários reais. Esse aumento de poder aquisitivo dos salários foi acusado de ser o principal fator da explosão de consumo, argumento que serviu para que em planos futuros fosse dado tratamento mais duro quanto à obtenção de ganhos salariais pelos trabalhadores. A remonetização foi outro fator determinante do aumento do consumo. O aumento da confiança da população na manutenção do valor da moeda fez com que aumentasse o volume monetário nas mãos das pessoas, colocando, assim, mais moeda

---

<sup>3</sup> Delfim, 1986: 148-150.

em circulação. Influenciada pela queda da taxa nominal de juros, em virtude da queda da inflação, a população aumentou o saque de depósitos poupança (Gráfico 4, p. 22) provocando um aumento do volume de moeda em circulação, contribuindo para o aumento do consumo.

Por outro lado os investimentos não responderam ao crescimento do consumo. O aumento dos investimentos poderia proporcionar um aumento da oferta que compensasse o aumento da demanda, inviabilizando uma pressão sobre os preços. A taxa de investimentos permaneceu em um nível muito abaixo da registrada em fases anteriores de grande crescimento<sup>4</sup>. Entre os motivos para que o nível de investimento não tenha reagido ao aumento da demanda foram indicados<sup>5</sup>: o fator insegurança quanto ao sucesso do plano e uma diminuição da poupança o que diminuiu o volume de recursos disponíveis para investimentos.

Independentemente do grau em que cada fator indicado acima contribuiu para o fracasso do Plano Cruzado, é certo que a demanda cresceu bastante num momento em que a economia já tinha um alto nível de utilização da capacidade instalada. Essa pressão foi suportada pelo congelamento de preços e, enquanto o governo pode manter, pelo crescimento das importações para abastecer o mercado. O crescimento das importações, estimulada pela defasagem cambial, fruto do congelamento da taxa de câmbio (Gráfico 3, pág. 22), fez cair o saldo da balança comercial até que se tornou deficitária entre outubro de 86 e janeiro de 87 (gráfico 5, p. 22). A queda do saldo comercial fez cair o nível das reservas cambiais (Gráfico 6, pág. 22), provocando o perigo de uma crise cambial. Esse risco chegou a tal ponto que foi decretada a moratória da dívida externa no primeiro semestre de 1987.

Mesmo antes da suspensão do congelamento do preços a inflação já dava sinais de que não estava controlada. Apareceu de forma camuflada no ato de esconder mercadorias para só serem vendidas mediante a cobrança de ágio, formando um mercado paralelo, prática que generalizou-se na economia.

<sup>4</sup> A taxa de Formação Bruta de Capital Fixo em 1986 foi de 18,8% e em 1987 de 17,9%. Nos anos de crescimento da década de 70 essa taxa superavam facilmente os 20%.

<sup>5</sup> Simonsen, 1986: 130.



O congelamento, que encontrou muitos preços defasados em relação ao seu pico, determinou um aumento real do poder de compra dos salários em março de 86 provocaram uma transferência de renda a favor dos trabalhadores. Esse fato levou os produtores a boicotarem o plano não colocando suas mercadorias no mercado, provocando o desabastecimento de bens de consumo e matérias-primas.

O resultado foi que a partir de novembro de 1986 o conjunto de medidas conhecido como Cruzado II promoveu um ajuste fiscal, com o aumento do preços das tarifas públicas. O objetivo era desaquecer a economia para controlar as contas externas, as internas e os aumentos de preços após o descongelamento. Os índices de inflação e crescimento tiveram suas trajetórias revertidas. A partir desse mês a inflação voltou a acelerar-se e a economia começou a desaquecer, num processo contínuo até o fim do período do Plano Cruzado.

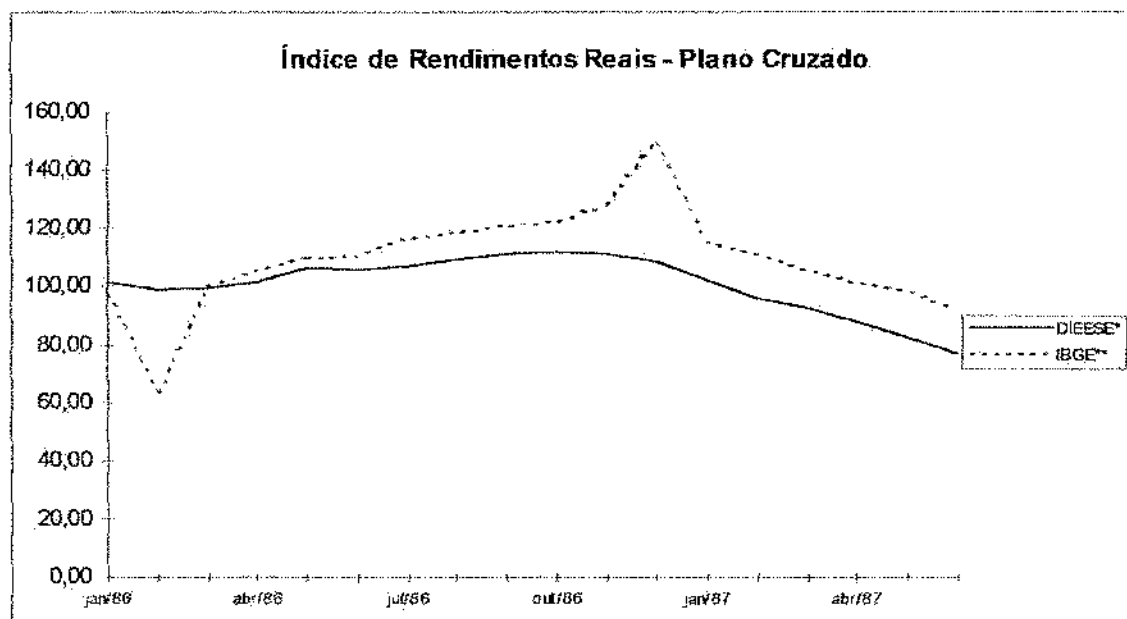
A partir do Cruzado II o governo passou a combater a inflação utilizando medidas restritivas. Além disso, o governo modificou o índice de reajuste salarial com a intenção de retardar o disparo do gatilho. Aumentos de tarifas públicas e de taxas de juros reais e a nova política salarial que mantinha o gatilho, porém, limitava os aumentos a 20%, não diminuíram o ritmo do aumento dos preços. O novo fracasso no combate à inflação e o encaminhamento do país para a recessão provocou a saída do então ministro Dílson Funaro, dando lugar a Luís Carlos Bresser Pereira e pondo fim ao Plano Cruzado.

### 3.2 RENDIMENTOS E EMPREGOS

O tipo de política salarial posto em prática no Plano Cruzado, foi criticado em diversos pontos. O primeiro ponto foi a conversão dos salários pela média, prática que ratificou as perdas anteriores ao plano. Outro alvo de críticas foi a escala móvel, pois tinha a desvantagem de, em uma economia de inflação por volta de 1% ao mês, estender bastante o intervalo de tempo entre os reajustes. Por último, a não obrigatoriedade dos patrões reajustarem os salários pela inflação total, deixando os salários na dependência do poder de negociação dos trabalhadores.

O crescimento da economia durante o ano de 1986 garantiu um aumento no nível real dos rendimentos dos trabalhadores (gráfico 7, p. 26). O quadro dos níveis de rendimentos, entretanto, revela comportamentos distintos se observados a partir dos índices do DIEESE e do IBGE.

**GRÁFICO 7**



Fonte: SERVI/MACRO-DIEESE, 1994. Conjuntura Estatística, julho/1988, pág. 67.

\* Rendimento Médio Real (média trimestral) - São Paulo - Base Média 1985=100

\*\* Rendimento Médio Real - São Paulo - Base Março 1986=100

Quando da conversão dos salários pela média houve um ganho real dos rendimentos em relação a fevereiro de 1986. Esse aumento, no entanto, impactou sobre os rendimentos em diferentes magnitudes nos índices do DIEESE e do IBGE. O DIEESE indica um

pequeno crescimento real em relação a fevereiro de 1986 e uma diminuição em relação a janeiro desse mesmo ano. Os dados do IBGE apontam para um crescimento muito maior dos rendimentos entre fevereiro e março.

De março em diante o crescimento da economia impulsionou os rendimentos para cima. Os dados do IBGE mostram um crescimento constante dos rendimentos reais a partir de março, atingindo o pico em dezembro quando a média dos rendimentos se encontrava quase 50% acima do índice de março. O crescimento segundo o DIEESE se mostrou bem menor. Chegou ao pico em outubro, porém, pouco acima de 10% em relação a março. Essas diferenças se verificam pelo fato do IBGE não considerar o empréstimo compulsório nos seus cálculos da inflação, o que pode ser percebido pelo ICV-DIEESE de novembro que apontava um índice de 5,44% enquanto o INPC-IBGE<sup>6</sup> indicava 3,29%. Por isso o índice do DIEESE já indica uma estabilização dos rendimentos desde setembro, fruto do pacote fiscal de julho, enquanto pelos cálculos do IBGE o crescimento real continuou até dezembro.

Independente do mês em que cada instituto detectou a reversão da tendência de crescimento, fica claro que a partir do final de 1986, principalmente após o Cruzado II, quando os rendimentos reais iniciam uma queda contínua até abril de 1987. A retomada da aceleração inflacionária e o arrefecimento do ritmo de crescimento da economia fizeram com que os trabalhadores perdessem poder de compra. As perdas acumuladas nesse período se mostram maiores que o ganhos obtidos nos primeiros meses do plano, segundo o DIEESE, dando ao Cruzado um saldo negativo em termos de rendimentos. O IBGE aponta para um resultado aproximadamente neutro dos rendimentos reais no Plano Cruzado. Os dois, no entanto, apontam uma tendência de queda que seria confirmada nos meses seguintes.

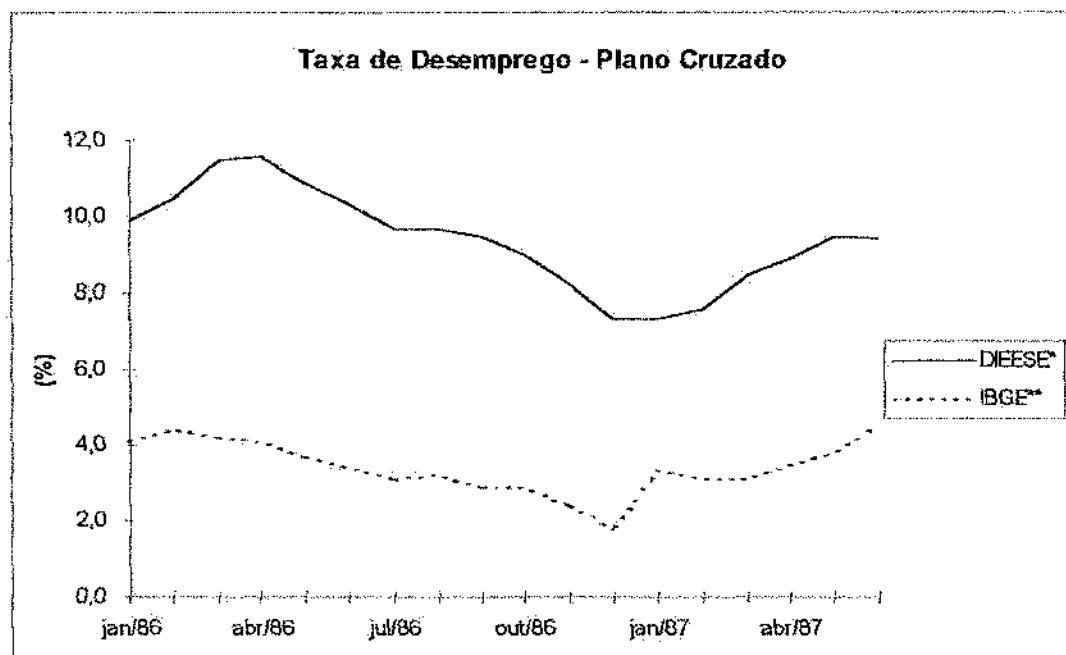
O desemprego no Plano Cruzado seguiu o comportamento do nível de atividade da economia. Assim como os rendimentos teve duas fases distintas. Entre março e o final de 1986 o nível de desemprego caiu puxado pelo crescimento da economia. A partir de então, as medidas recessivas adotadas pelo governo contiveram o crescimento da economia fazendo o desemprego crescer (Gráfico 8, p. 28).

---

<sup>6</sup> O IBGE expurgou o empréstimo compulsório do cálculo de seus índices.

Assim como na questão dos rendimentos, os índices do IBGE e do DIEESE indicam comportamentos diferentes. Ambos mostram uma queda no desemprego entre março e dezembro. A queda, porém, se mostra menos intensa nos dados do DIEESE.

**GRÁFICO 8**



Fonte: SERVE/MACRO-DIEESE, 1994. Conjuntura Econômica, julho/1988, pág. 68.

\* Desemprego Total - São Paulo

\*\* Desemprego Aberto - São Paulo

O forte ritmo de crescimento determinado pelo crescimento do consumo fez aumentar o nível de contratações durante o ano de 1986. A reversão dessa tendência aconteceu a partir de janeiro de 1987 numa reação ao crescimento da inflação, à queda do valor dos rendimentos e à queda do nível de produção. As medidas de ajuste fiscal determinaram o desaquecimento da economia e o consequente aumento do desemprego.

## 4 PLANO BRESSER

### 4.1 O PLANO

O Plano Bresser foi anunciado num momento econômico bastante diverso do ocorrido quando do anúncio do Plano Cruzado. A situação da economia em junho de 1987 era bastante difícil. A inflação seguia sua trajetória ascendente, mantendo-se em nível superior a 20% nos três meses anteriores. A produção continuava num ritmo de desaceleração, colocando o país em um quadro recessivo. Como agravante da situação, o crescimento das importações ocorrido durante o Plano Cruzado havia diminuído as reservas internacionais a um nível crítico. Apesar da balança comercial ter voltado a registrar superávites a partir de fevereiro, estes ainda se mostravam pequenos para afastar o perigo de uma crise cambial. Além disso, o governo enfrentava problemas com o crescimento da dívida interna.

Foi diante dessa difícil situação econômica que em 12 de junho de 1987 o então ministro Luís Carlos Bresser Pereira anunciou um novo plano de estabilização. Bresser já se encontrava na situação de ministro desde abril, em substituição a Dílson Funaro, e vinha desde então tomando medidas preparatórias para o plano de junho. Tentava segurar a demanda e promover o crescimento das exportações, dando uma amostra da característica recessiva do Plano Bresser.

As medidas adotadas no plano visavam atacar uma gama maior de problemas que o Plano Cruzado. No Plano Bresser a situação crítica levou à tomada de medidas que foram além do congelamento de preços, sendo colocadas em prática várias medidas recessivas. Bresser acreditava que a necessidade do uso de medidas de contenção da economia era uma lição a ser aprendida com o fracasso do Plano Cruzado. Não havia a ambição da inflação zero e nem a esperança de controlar a inflação mantendo, ao mesmo tempo, o crescimento da economia.

Apesar de conhecido como sendo um Plano Heterodoxo de combate à inflação, o congelamento foi o único vestígio de heterodoxia do Plano Bresser. Teve uma importância muito menor que no plano anterior. Foi anunciado em junho de 1987, mas

só iniciado em 1º de julho<sup>7</sup>. Teve o seu prazo de duração pré-determinado em 90 dias, suficiente para romper o componente inercial da inflação. Esse período deveria ser sucedido por um outro de flexibilização do congelamento, até que os preços fossem totalmente liberados.

As medidas restantes do plano econômico estavam mais para o lado da ortodoxia.

A intenção da equipe econômica era segurar o consumo e assim promover o controle dos preços e o aumento das exportações e o ajuste das contas públicas. O desaquecimento da economia deveria controlar o crescimento da inflação após o descongelamento dos preços. Desaquecendo o consumo interno e baixando o valor real dos salários o governo esperava melhorar os saldos da balança comercial e, assim, recuperar as reservas cambiais.

Nesse intuito o governo tomou as seguintes medidas:

- Desvalorizou do câmbio;
- Elevou as taxas reais de juros;
- Promoveu um ajuste fiscal;
- Implantou uma nova política salarial, com a criação da URP;

A desvalorização cambial tinha o claro objetivo de estimular as exportações e desestimular as importações em vista dos fracos superávites cambiais que o país vinha obtendo nos primeiros meses de 1987 (gráfico 10, p. 33). Para isso foi feita uma desvalorização cambial quando do anúncio do plano. A desvalorização, porém, não foi feita apenas nesse momento. Já vinha ocorrendo desde maio deste mesmo ano. Entre maio e julho a desvalorização real acumulada do Cruzado em relação ao dólar chegou a 15,26%, mostrando de forma clara a intenção da equipe econômica de interferir no desempenho do comércio exterior. Após essa fase de desvalorização real, as desvalorizações passaram a ser feitas aos poucos e diariamente tentando acompanhar o ritmo da inflação.

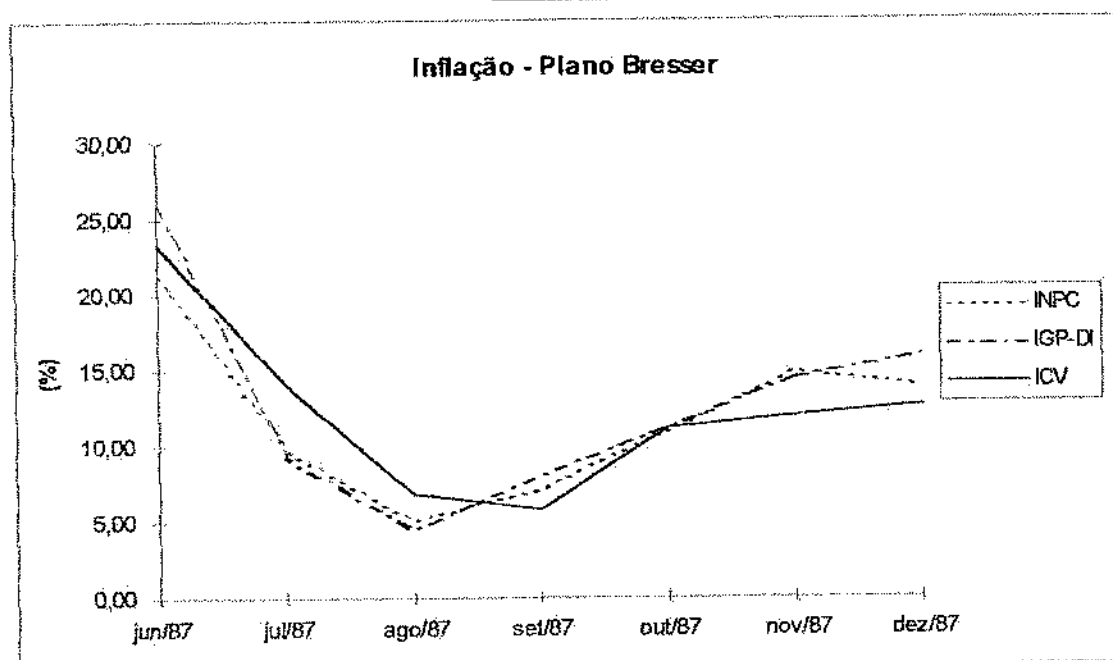
---

<sup>7</sup> A inflação da segunda quinzena de junho não foi captada pelo índice oficial.

As taxas de juros reais, assim como a taxa de câmbio, sofreram uma mudança de tratamento após o Plano Bresser. As taxas que nos últimos meses do Plano Cruzado e no período entre a posse do novo ministro e o anúncio do Plano Bresser vinham sendo constantemente negativas passam a ser elevadas.

Na área fiscal o governo agiu antes do congelamento dos preços. Ao anunciar o plano em 12 de junho promoveu um reajustes das tarifas públicas antes da entrada em vigor do congelamento, marcado para 1º de julho, ao qual essas tarifas também estariam sujeitas. Além disso eliminou uma série de subsídios que eram dados aos produtos agrícolas.

**GRÁFICO 9**



Fonte: Conjuntura Econômica, julho/1988, pág. 58 e 60. SERVE/MACRO-DIEESE, 1994.

A nova política salarial imposta pelo governo mostrou-se restritiva desde o início. A primeira perda sofrida pelos trabalhadores foi o expurgo do índice de inflação de junho, que havia alcançado, pelo índice oficial, 26,06%. Esse não foi considerando para aumento dos salários. O índice de inflação de junho, pela política salarial então vigente, o gatilho, que determinava o reajuste da inflação toda vez que o índice acumulado atingisse 20%, deveria ter sido repassado para os salários antes do cálculo do salário médio dos últimos quatro meses. A conversão dos salários pela média dos últimos quatro meses pegou um período em que os salários reais se encontravam em nível muito baixo. O resultado foi que os salários iniciaram o Plano Bresser com valores muito abaixo dos

valores existentes no início do Plano Cruzado. Para não contaminar a inflação do mês de julho de 1987, o governo modificou a base do cálculo do IPC para o dia 15/6, com o objetivo de que os aumentos ocorridos quando do anúncio do plano, no dia 12/6, não fossem incorporados ao índice oficial, o que também prejudicou os trabalhadores.

Os salários foram congelados por três meses a partir de 1º de julho. Após os três meses de congelamento os salários passaram a ser reajustados com base na URP (Unidade de Referência de Preços). Os índices de reajustes eram determinados para cada semestre com base na média geométrica dos índices de inflação do trimestre anterior.

Esse tipo de política salarial tende a arrochar os salários numa economia de inflação crescente. Como os reajustes são feitos pelos índices do trimestre anterior, a continuidade da aceleração da inflação faz com que os índices de reajustes acabem sendo sempre inferiores à inflação do mês corrente.

Estas medidas adotadas pelo governo deixaram claro que a esperança de controlar a inflação estava baseada no controle da demanda. O receituário ortodoxo deveria controlar a subida dos preços após o congelamento.

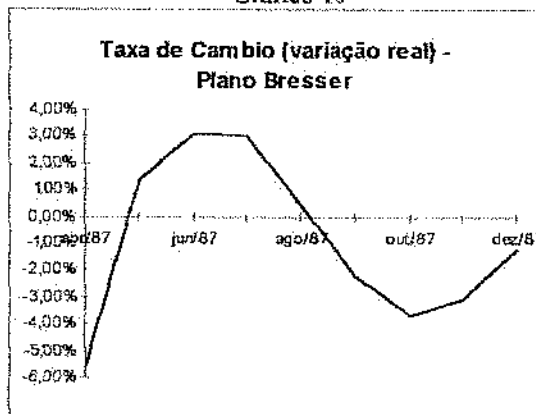
Acontece que, apesar do congelamento e das medidas recessivas, o Plano Bresser em nenhum momento obteve sucesso no controle da inflação. O combate à inflação não parecia, na realidade, ser o grande objetivo da equipe econômica. A desvalorização do Cruzado frente ao dólar e o ajuste fiscal promovidos pelo governo são medidas que ao contrário de inibir a subida de preços acabam estimulando-a. Essas medidas deixam evidente que os objetivos principais eram o controle da dívida pública e a recuperação das reservas cambiais. Para tentar minimizar a tendência de crescimento dos preços utilizava-se de novo a ortodoxia.

Em nenhum mês da vigência do Plano Bresser a inflação caiu a níveis semelhantes aos do Plano Cruzado (gráfico 9, p. 31). Nem mesmo durante o período de congelamento. A inflação que em junho de 1987 se encontrava acima dos 20% em todos os índices, atingiu seu índice mais baixo em agosto de 1987, 4,50% (IGP-DI). A inflação voltou a sua trajetória ascendente a partir de novembro deste mesmo ano e continuou crescendo



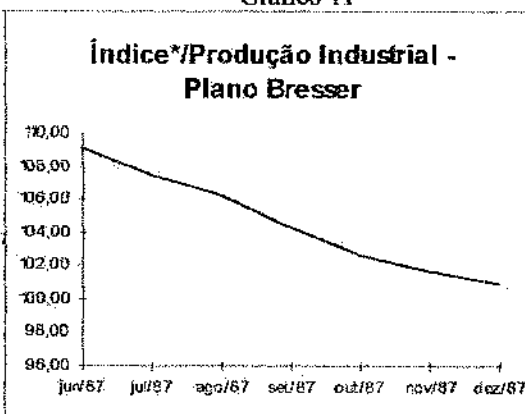
até o fim do ano. Chegou ao final do Plano Bresser, dezembro de 1987, com os índices de inflação indicando valores entre 12 e 15%, com tendência de crescimento.

Gráfico 10



Fonte: Conjuntura Econômica, julho/1988, pág. 83.

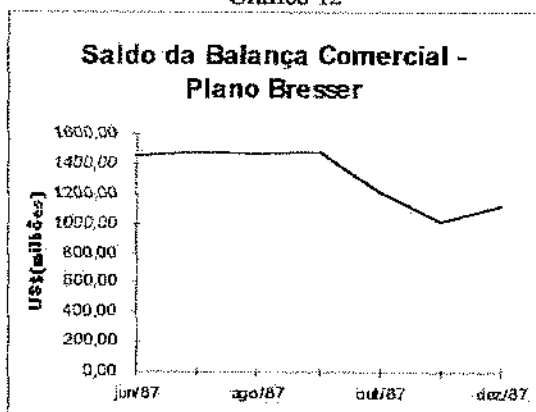
Gráfico 11



Fonte: Conjuntura Econômica, julho/1988, p. 62.

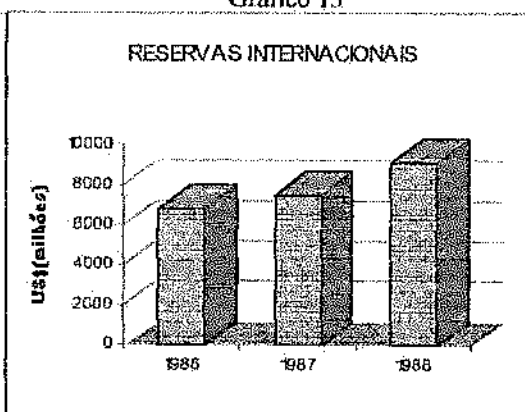
\*Últimos 12 meses em relação a igual período anterior.

Gráfico 12



Fonte: Conjuntura Econômica, julho/1988, pág. 82.

Gráfico 13



Fonte: Conjuntura Econômica, agosto/1996, pág. 17.

Quanto ao desempenho da economia, o resultado do plano foi uma recessão, com o PIB crescendo 3,5% em 1987, menos da metade do crescimento do ano anterior. Além disso, os 3,5% de crescimento registrados no ano de 1987 devem ser creditados aos primeiros meses do ano onde, apesar do processo de desaquecimento, o nível de produção ainda era influenciado pelo intenso crescimento registrado no ano anterior (gráfico 11, p. 33).

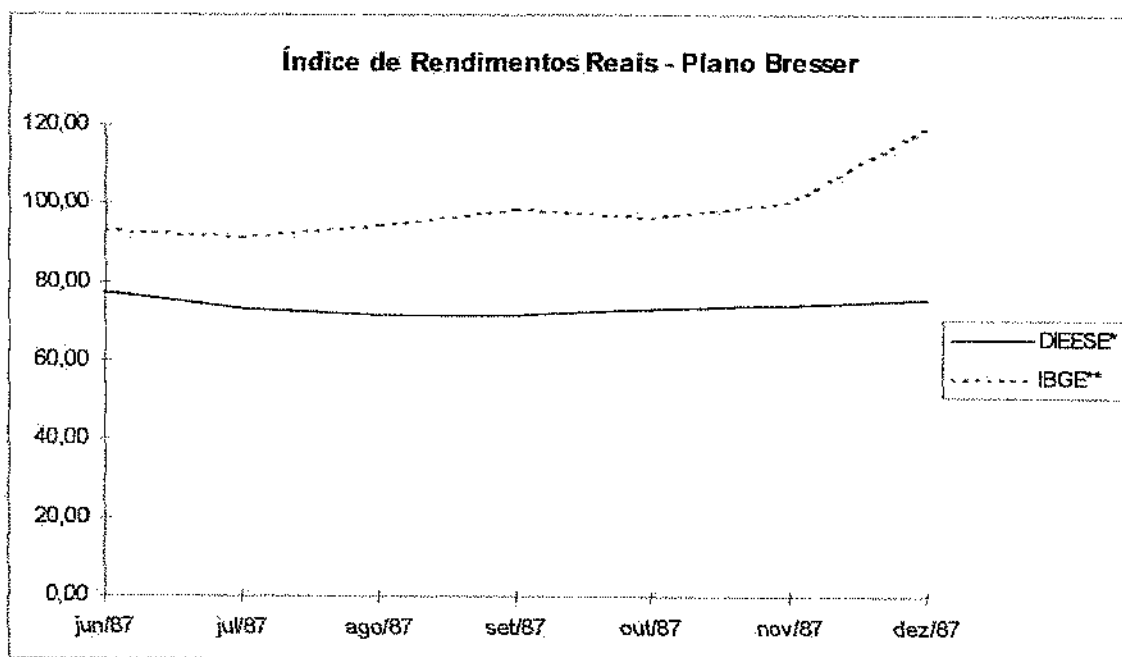
O efeito das medidas recessivas foi em parte compensado pelo êxito do governo na tentativa de melhorar o saldo da balança comercial (gráfico 12, p. 33). O valor das

importações estabilizou-se, enquanto as exportações cresceram. O estímulo às exportações surtiu efeito. Apesar de iniciar o ano de 1987 com fracos saldos comerciais, o superávit ao final deste ano superava em muito o do ano anterior, recuperando as reservas cambiais (gráfico 13, p. 33). Esse foi aliás o único mérito do Plano Bresser. O conjunto de fracassos fez com que Bresser Pereira fosse substituído por Maílson da Nóbrega em dezembro de 1987.

## 4.2 RENDIMENTOS E EMPREGOS

Os rendimentos iniciaram o Plano Bresser em um nível muito baixo (gráfico 14, p. 35). A conversão dos salários pela média dos últimos quatro meses e o expurgo do índice de inflação de junho foram os culpados por esse baixo nível. Comparando o nível de rendimentos de junho de 1987 com março de 1986, mês de início do Plano Cruzado, percebe-se uma perda superior a 30%, segundo o DIEESE. O IBGE indicava uma perda de 9,6% no mesmo período.

**GRÁFICO 14**



Fonte: SERVI/MACRO-DIEESE, 1994. Conjuntura Estatística, julho/1988, pág. 67.

\* Rendimento Médio Real (média trimestral) - São Paulo - Base Média 1985=100

\*\* Rendimento Médio Real - São Paulo - Base Março 1986=100

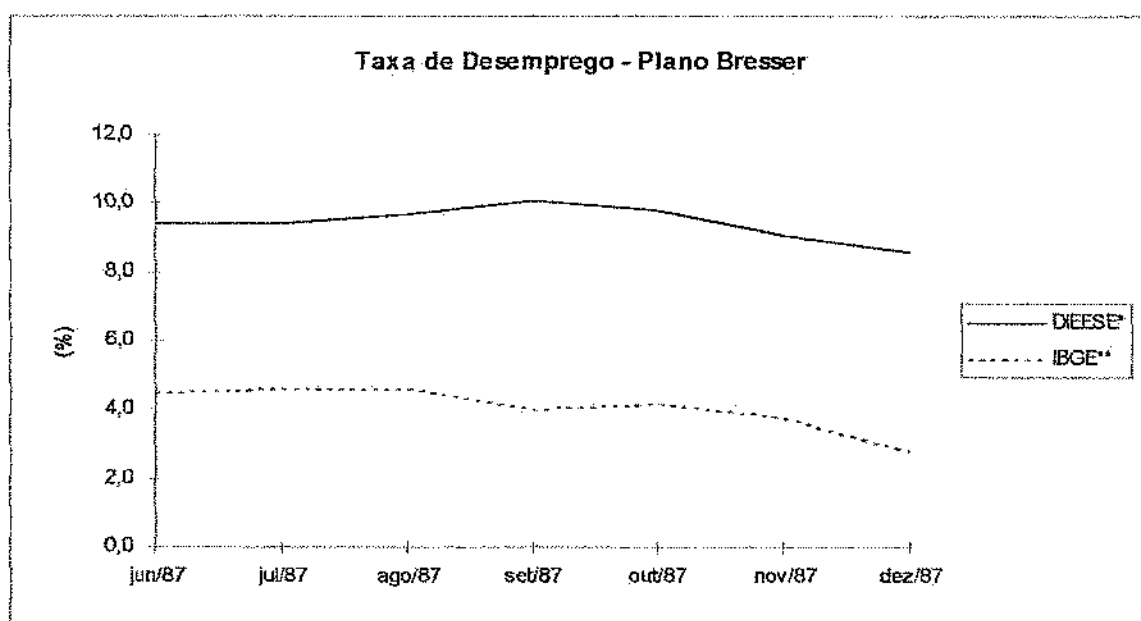
A grande perda de valor dos rendimentos no Plano Bresser foi determinada quando da implantação do plano, devido à conversão dos salários pela média. Depois disso, no período compreendido entre julho e dezembro, os salários registraram crescimento, porém, muito pequeno. Esse crescimento pode ser explicado por dois fatores. O primeiro é o fator sazonalidade, onde os rendimentos normalmente crescem no último trimestre do ano. O segundo fator é que a partir de que grande parte das categorias de

trabalhadores ter conquistado na justiça o direito ao reajuste de 26,06%, referente à inflação do mês de junho que havia sido expurgada dos reajustes no início do plano. Esse crescimento, enfim, deveu-se ao baixo nível em que os rendimentos se encontravam em julho e à posterior conquista do reajuste do gatilho de junho.

Se observados de forma comparativa com igual período do ano anterior, percebe-se melhor a influência do Plano Bresser sobre os rendimentos. O nível de rendimentos em dezembro de 1987 se encontrava muito abaixo do nível de igual período de 1986. Pelos dados do DIEESE os rendimentos nesse mês se encontravam muito abaixo inclusive do índice de março de 1986, registrando uma perda superior a 22%. O índice do IBGE, embora indique um valor ao registrado no início do Plano Cruzado, mostra uma acentuada diminuição em relação a dezembro do ano anterior.

O desemprego aumentou no Plano Bresser. Feita uma comparação dos seis meses do plano com igual período do ano anterior percebe-se um crescimento dos índices de desemprego. Os índices registrados são inferiores mesmo aos registrados nos primeiros três meses do ano, período em que normalmente há um crescimento dos índices de desemprego.

**GRÁFICO 15**



Fonte: SERVE/MACRO-DIEESE, 1994. Conjuntura Econômica, 1988, pág. 68.

\* Desemprego Total - São Paulo

\*\* Desemprego Aberto - São Paulo

Houve uma pequena queda nos meses de outubro, novembro e dezembro de 1987 que são explicados pela sazonalidade, e não por uma reversão do quadro recessivo (gráfico 15, p. 36). A prova disso é que o início de 1988 foi marcado pelo crescimento do desemprego, registrando índices superiores aos registrados em igual período de 1987.

Conclui-se, assim, que o Plano Bresser foi um plano prejudicial para os trabalhadores. Suas medidas recessivas estagnaram o crescimento da economia. A política recessiva imposta pelo plano levou o nível dos rendimentos a um balanço negativo no período, determinado principalmente pela conversão dos salários pela média, no início do plano. O desemprego aumentou como consequência da recessão.

## 5 PLANO VERÃO

### 5.1 O PLANO

No dia 14 de janeiro de 1989 foi anunciado com um pronunciamento do Presidente José Sarney o terceiro plano de estabilização econômica do seu governo, o Plano Verão. Quem respondia pelo plano era o então ministro Mailson da Nóbrega que já se encontrava no comando da economia desde dezembro de 1987 em substituição a Bresser Pereira.

Durante o ano de 1988, com o fracasso do Plano Bresser, o governo adotou o tradicional receituário ortodoxo gradualista para controlar a inflação, chamada por Mailson da Nóbrega de política “feijão-com-arroz”. Durante todo esse ano o governo rejeitou a proposta de implantar um novo choque heterodoxo. As ações do governo foram no sentido de tentar reduzir o déficit público, restringindo os gastos do governo.

O ano de 1988 foi um ano difícil, fruto do fracasso do Plano Bresser em controlar a inflação, que acabou colocando o país em recessão. A inflação seguiu sua trajetória de crescimento durante todo o ano. Em dezembro alguns índices já se aproximavam dos 30%. A política ortodoxa além de não conseguir controlar a inflação provocou estagnação da economia. O resultado foi que em 1988 a economia registrou um crescimento negativo de 0,1% do PIB. Os rendimentos, apesar de apresentarem um nível superior ao apresentado no segundo semestre de 1987, período do Plano Bresser, mantiveram-se distantes dos níveis apresentados no Plano Cruzado. Mesmo no melhor período do ano, o último trimestre, os rendimentos reais ainda apresentavam uma desvalorização em relação a março de 1986 superior a 15%. O nível de desemprego manteve-se alto como no segundo semestre de 1987.

A única área onde o governo experimentou alguma tranquilidade durante 1988 foi a balança comercial. O superávit cresceu em relação ao ano anterior, assim como o nível das reservas cambiais.

Diante desse quadro de inflação alta e recessão o Plano Verão foi colocado em prática em janeiro de 1989 misturando componentes ortodoxos e heterodoxos de combate à inflação. O plano decretava um novo congelamento de preços aliado a políticas fiscal e monetária restritivas. A intenção era conter o crescimento dos preços com o congelamento e solucionar o problema do crescente déficit fiscal, para que a inflação não retornasse a crescer.

O Presidente José Sarney, ao anunciar o plano, o terceiro de seu governo, afirmou, assim como das outras vezes, existirem as condições ideais para o sucesso de um plano de estabilização. Quanto a essas condições ele afirmou o seguinte:

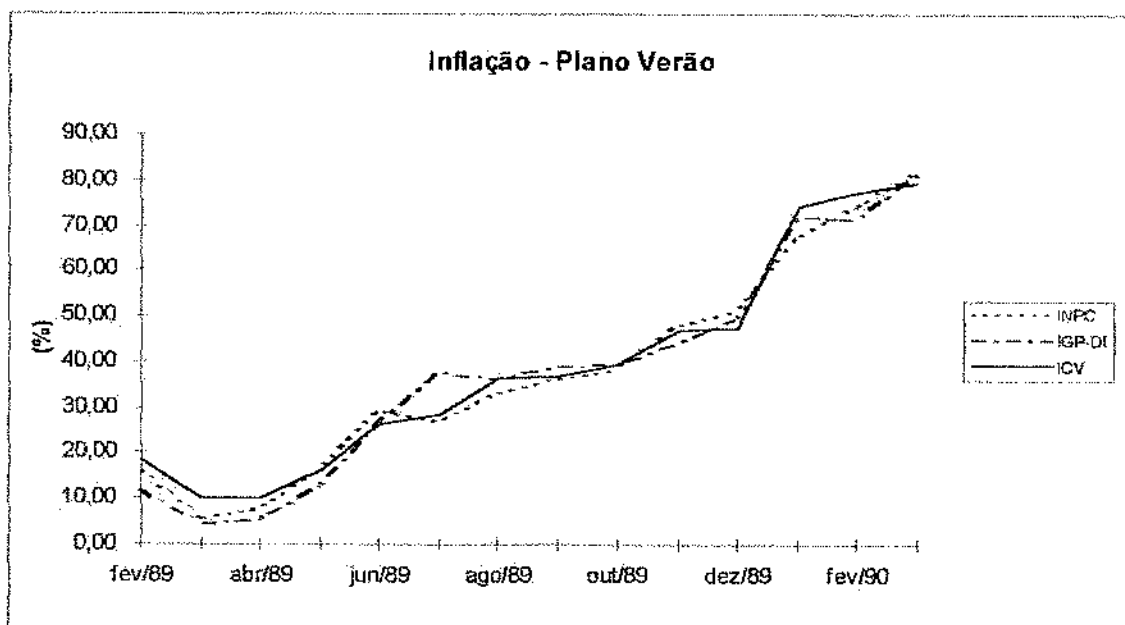
- “- os preços relativos estão alinhados;*
- nossas relações com a comunidade financeira internacional estão normalizadas;*
- as exportações ultrapassaram, em 1988, trinta bilhões de dólares;*
- estamos com o mercado interno abastecido;*
- recuperamos as tarifas e os preços públicos;*
- está eliminado o orçamento monetário, e unificado o Orçamento da União;*
- implantamos o caixa único do Tesouro;*
- pela primeira vez, temos controle eficaz do déficit público e estamos habilitados a tomar as medidas adicionais necessárias à redução efetiva dos gastos governamentais;*
- melhoramos nossos mecanismos de contabilidade pública e a transparência de nossas contas públicas hoje é total. Por isso, podemos hoje atacar a inflação nos seus três componentes principais: o estrutural, o inercial e o psicológico.”*

(PLANO VERÃO, 1989, pág. 129)

Analisadas estas condições anunciadas percebe-se a existência de uma grande preocupação por parte da equipe econômica. Queriam deixar claro que estavam atentos para os motivos apontados como responsáveis pelos fracassos dos dois planos anteriores. Aí cabem o problema do alinhamento dos preços relativos e o problema das reservas cambiais que tinha atingido o ponto máximo com a decretação da moratória pelo ministro Bresser Pereira. Dentro dessas preocupações a questão do déficit público ocupava um lugar de destaque. O governo queria fazer crer, mais uma vez, que tinha controlado o crescimento do déficit, deixando o país preparado para controlar a aceleração da inflação.

Com o objetivo de reduzir os gastos governamentais e garantir o controle sobre o déficit o governo anunciou um conjunto de medidas que seriam tomadas daquele momento em diante. Dentro desse conjunto de medidas estavam uma reforma administrativa, a privatização de empresas estatais e a garantia que o governo não gastaria nada além do que arrecadasse.

**GRÁFICO 16**



Fonte: Conjuntura Econômica, novembro/1990, pág. 130 e 133. SERVE/MACRO-DBEESI, 1994.

O controle do déficit e uma política monetária restritiva, com altas taxas de juros, integraram o conjunto de medidas ortodoxas que deveriam manter baixos os níveis de inflação após o congelamento. Este serviria apenas para fazer a inflação cair do patamar em que se encontrava, acima dos 30%, tarefa que as medidas ortodoxas teriam dificuldade em cumprir. Combatido o componente inercial a ortodoxia cuidaria para que não houvesse uma nova aceleração inflacionária.

O governo tomou outras além das medidas já citadas. Cortou três zeros e mudou o nome da moeda para Cruzado Novo, equiparando valor do Cruzado Novo ao do Dólar.

Uma nova política salarial foi implantada. Mais uma vez os salários foram convertidos pela média, dessa vez pela média dos últimos doze meses. Sobre essa média foi aplicada a URP de janeiro de 1989, que segundo o índice oficial foi de 26,05. Um problema para



os trabalhadores foi a nova mudança da base de cálculo da inflação para o dia 15/1/89, de forma que os aumentos de preços mais recentes fossem expurgados do índice oficial, após o congelamento.

Os reajustes passaram a serem feitos mensalmente. Para os trabalhadores que ganhavam até três salários mínimos os reajustes mensais seriam pelo índice integral de inflação. Os que recebiam salários entre 3 e 20 salários, seriam reajustados mensalmente pelo percentual do IPC-FIBGE que excedesse 5%. O acerto do índice integral seria feito ao final do trimestre.

Percebe-se pela análise das medidas anunciadas que o plano tinha um caráter recessivo. As medidas fiscais e monetárias se colocadas em prática poderiam aprofundar a recessão. O conjunto de cortes de gastos do governo anunciado aliado à política de altas taxas de juros desaqueceriam a demanda, o que poderia reverter a leve tendência de recuperação dos rendimentos e do nível de emprego que vinha ocorrendo nos últimos meses de 1988.

As medidas de austeridade fiscal, no entanto, não foram implementadas<sup>8</sup>. O déficit público continuou crescendo. O resultado foi que as políticas fiscais e monetárias, apesar das elevadas taxas de juros praticadas durante o ano de 1989, tiveram um comportamento expansivo. O motivo apontado para esse descontrole foi o tamanho do saldo comercial. O ritmo das exportações, que já vinha forte desde 1988, beneficiado a partir de janeiro por uma desvalorização de 17%, foi impulsionado, aumentando o saldo da balança comercial (Gráfico 17, p. 42).

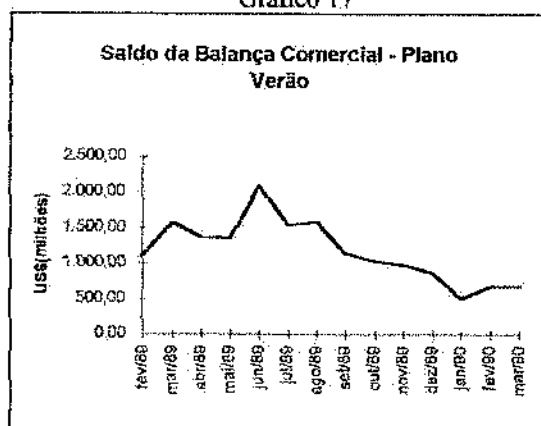
Sem que as metas restritivas nas áreas fiscal e monetária tenham sido implantadas, a tendência de recuperação da economia, iniciada no segundo semestre de 1988, continuou durante o ano de 1989. A produção industrial manteve um ritmo de aquecimento lento e constante (gráfico 19, p. 42). A partir de agosto o resultado acumulado dos últimos doze meses passou a ser superior a igual período anterior, mantendo essa tendência até o início de 1990. Confirmando a tendência indicada pelo índice de produção industrial, o PIB apresentou um crescimento de 3,2%.

---

<sup>8</sup> Sandoval de Vasconcelos et alii, 1996: 225.

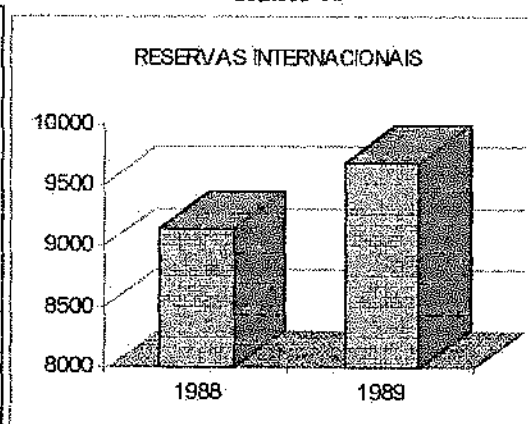
Quanto ao controle da inflação, o Plano Verão, assim como o Plano Bresser, não conseguiu em nenhum momento apresentar resultados satisfatórios. Os índices caíram entre janeiro e março, sem, no entanto, conseguir reduzir os índices para valores próximos de zero (Gráfico 16, p. 40). A partir de abril a inflação voltou a crescer até atingir, nos dois primeiros meses de 1990, índices acima dos 70% ao mês.

Gráfico 17



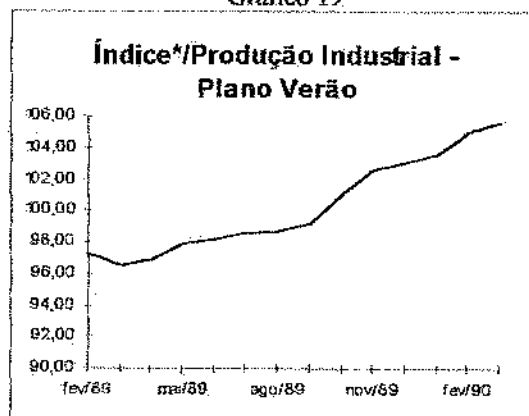
Fonte: Conjuntura Econômica, novembro/1990, pág. 154.

Gráfico 18



Fonte: Conjuntura Econômica, agosto/1996, pág. 17.

Gráfico 19



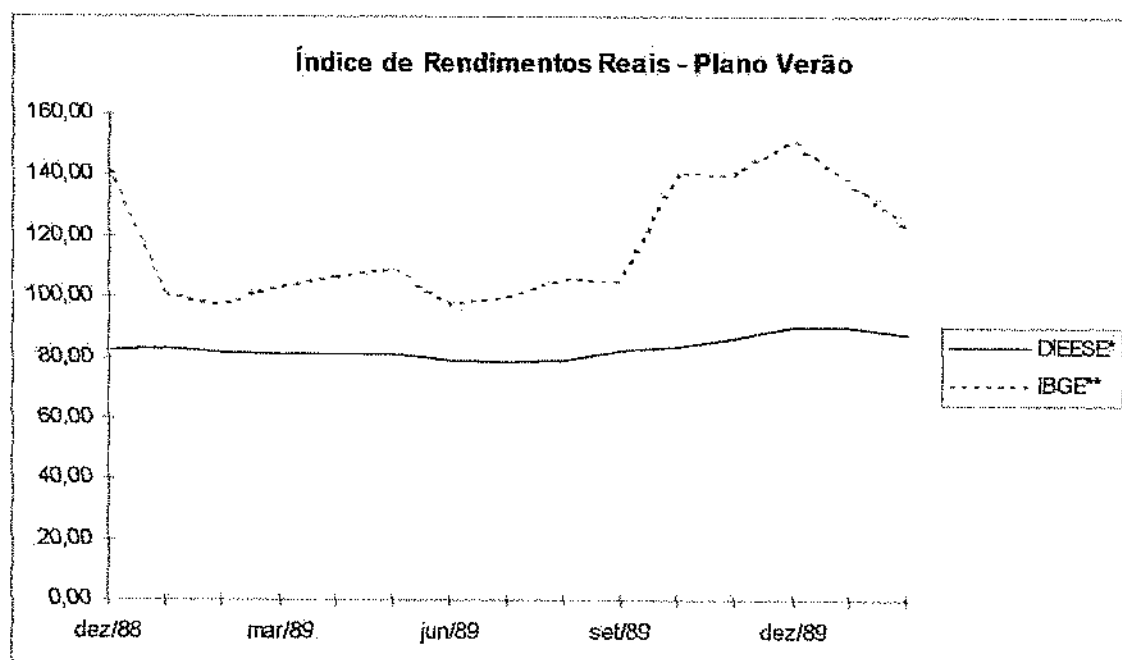
Fonte: Conjuntura Econômica, novembro/1990, pág. 135.

\*Últimos 12 meses em relação a igual período anterior.

## 5.2 RENDIMENTOS E EMPREGOS

O comportamento dos rendimentos reais seguiu o ritmo da economia, mostrando um pequeno crescimento. Durante o primeiro semestre se mostrou estagnado, apresentando um desempenho, em alguns meses, inferior ao registrado em igual período do ano anterior. A partir de julho começou uma trajetória de crescimento que continuou até o mês de dezembro, apresentando índices superiores aos verificados em 1988.

**GRÁFICO 20**



Fonte: SERVE/MACRO-DIEESE, 1994. Conjuntura Estatística, novembro/1990, pág. 140.

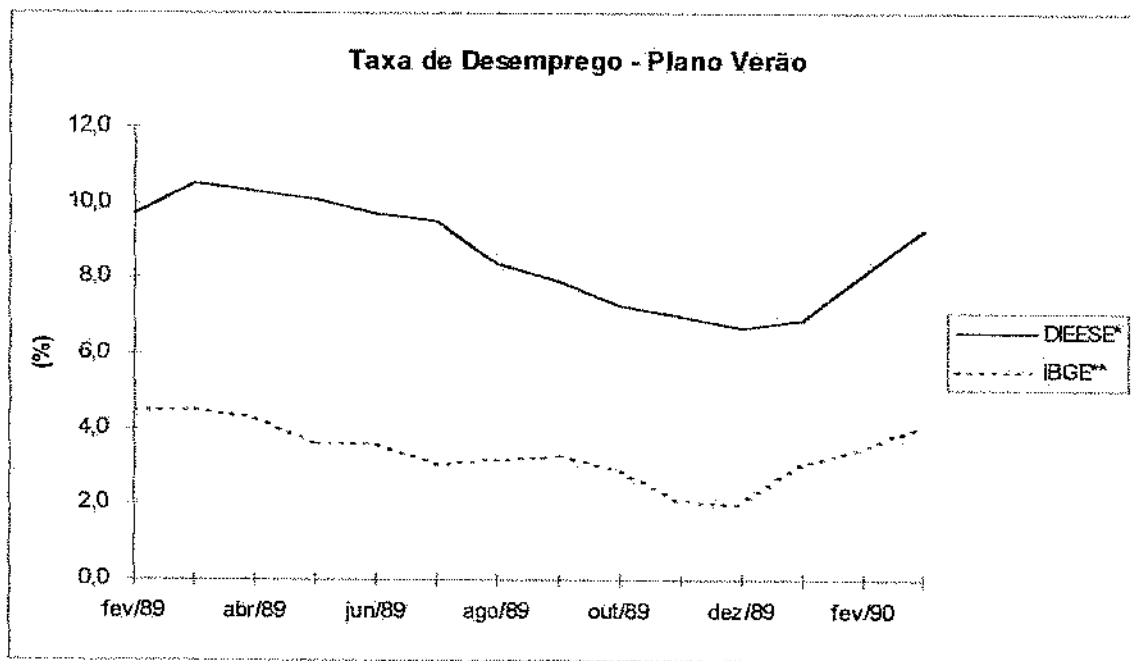
\* Rendimento Médio Real (média trimestral) - São Paulo - Base Média 1985=100

\*\* Rendimento Médio Real - São Paulo - Base Março 1986=100

O Plano Verão não teve grande interferência no comportamento dos rendimentos reais (Gráfico 20, p. 43). Apesar de implantar uma nova política salarial e de anunciar medidas restritivas, essas medidas não interferiram de maneira decisiva sobre os rendimentos. O comportamento ao longo do ano de 1989 foi de continuidade do lento crescimento verificado desde o segundo semestre do ano anterior. O crescimento da economia levou a um pequeno aumento real dos rendimentos, mais acentuadamente no último trimestre do ano que apresentou um resultado muito melhor que o último trimestre de 1988.

Um balanço do comportamento dos rendimentos no Plano Verão mostra que, se não houve uma recuperação total em relação aos índices verificados em 1986 durante o Plano Cruzado, houve uma melhora em relação ao Plano Bresser.

**GRÁFICO 21**



Fonte: SERVE/MACRO-DIEESE, 1994. *Conjuntura Econômica*, novembro/1990, pág. 141.

\* Desemprego Total - São Paulo

\*\* Desemprego Aberto - São Paulo

Quanto ao desemprego, serve o que já foi dito em relação aos salários. Houve uma melhora, com a queda dos indicadores (Gráfico 21, p. 44). O crescimento da economia verificado no ano de 1989 permitiu uma queda do índice de desemprego. O índice do DIEESE mostra que, durante todo o ano de 1989 e nos dois primeiros meses de 1990, o desemprego manteve-se inferior em relação a igual período anterior.

O forte processo de aceleração da inflação, verificado no início de 1990, no entanto, determinou uma tendência de piora dos índices de rendimento real e de desemprego.

## 6 PLANO COLLOR

### 6.1 O PLANO

O Plano Collor foi lançado no dia 16 de março de 1990. Um dia após a posse de Fernando Collor de Melo como Presidente da República. O país passava por um momento em que a inflação tinha atingido um nível tão alto, entre 70 e 80% nos meses de janeiro e fevereiro desse mesmo ano, que já se usava o termo hiperinflação e era grande o receio quanto ao futuro da economia.

A economia passava por uma situação crítica devido à elevação da inflação a níveis nunca registrado. A moeda tinha perdido sua função de reserva de valor. O dólar tornava-se cada vez mais a referência para a determinação de preços.

Apesar da explosão dos índices de inflação no início de 1990 o desempenho da economia ainda mostrava uma melhora em relação ao ano de 1989. O desemprego estava diminuindo. Os índices de janeiro e fevereiro de 1990 eram sensivelmente melhores que os registrados em igual período de 1989. Assim como os índices de desemprego, os indicadores de rendimento real também indicavam melhora. As grandes preocupações do governo eram os elevados índices de inflação, o déficit público e a política monetária.

O fracasso dos três planos anteriores, que em diferentes medidas apresentaram componentes heterodoxos, mais precisamente o congelamento de preços, deu nova força ao receituário ortodoxo. O comportamento expansivo das áreas fiscal e monetária eram vistos como os fatores determinantes dos índices de inflação alcançados pelo país. Aliada ao descontrole fiscal e monetário, a grande liquidez dos ativos financeiros surgiu como nova "vilã" da inflação brasileira. A facilidade da transformação desses ativos em moeda diminuía a eficácia da política monetária.

O início de um novo governo e a perspectiva de um novo pacote econômico contribuíram para que as taxas de inflação, que já vinha crescendo muito ao longo de 1989, disparassem no início de 1990. O medo de um novo congelamento de preços levou

a uma remarcação preventiva, alimentando ainda mais a inflação. Uma nova tentativa de estabilização da economia tornava-se necessária.

Diante da situação da aceleração dos preços e dos novos diagnósticos da inflação brasileira, o Plano Collor surgiu em março de 1990 como um forte choque ortodoxo, que diferentemente da forma ortodoxa gradualista, desejava eliminar a inflação num só momento. Para isso trazia em seu conjunto de medidas a intenção de promover um forte ajuste fiscal e monetário na economia.

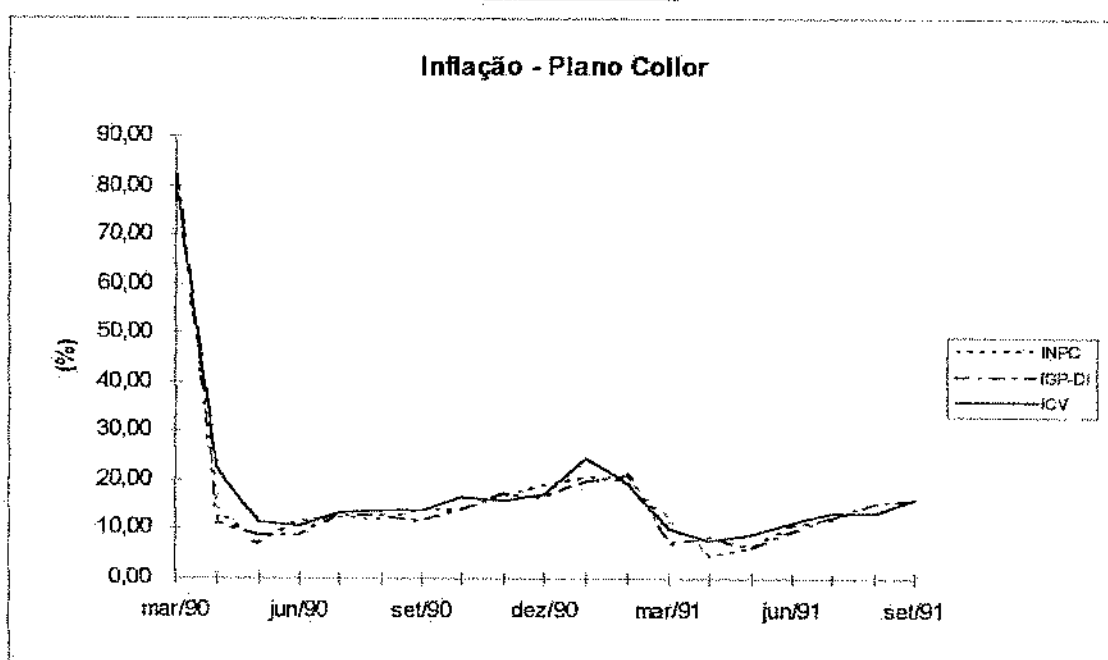
Ao ser anunciado, o Plano Collor tinha como principais medidas um ajuste fiscal e um enxugamento da liquidez do mercado.

O ajuste fiscal abrangia três conjuntos de medidas: o corte de despesas, o aumento da arrecadação e uma reforma patrimonial. Na área do corte de despesas os medidas iam no sentido de uma reforma administrativa e um corte de subsídios e incentivos fiscais. Para aumentar a arrecadação o governo apelou para o meio mais fácil, aumentou alíquotas e reduziu o prazo de recolhimento de tributos, principalmente em cima do mercado financeiro. A reforma patrimonial deveria ser feita com a venda de empresas estatais e com a colocação compulsória, para as instituições financeiras, dos certificados de privatizações. Com esse conjunto de medidas a equipe econômica, liderada pela ministra Zélia Cardoso de Melo, desejava promover um ajuste de 10% do PIB e assim transformar o déficit público em superávit.

Na área monetária foi promovido um grande enxugamento da liquidez do mercado. O governo confiscou os recursos depositados em bancos de pessoas físicas e jurídicas. No momento do anúncio do plano foi estabelecido um limite de saque. Todos os recursos que excederam esse limite foram confiscados pelo governo para só serem devolvidos após 18 meses. Previa-se a realização de leilões de Cruzados Novos com a cobrança de deságio por parte do governo. Com essas medidas o governo pretendia não só reduzir a demanda como utilizar os recursos confiscados para alongar o perfil da dívida pública. Esses recursos permitiriam a substituição dos títulos públicos que tinham um vencimento em curtos prazos de tempo por uma dívida a ser paga em 18 meses. O novo governo teria, assim, uma folga de tempo para organizar as contas públicas.

Além dessas medidas houve uma nova mudança do padrão monetário, de Cruzado Novo para Cruzeiro. A conversão de um padrão monetário para outro se deu para a na relação de um para um.

**GRÁFICO 22**



Fonte: Conjuntura Econômica, dezembro/1992, pág. 2 e 4. SERVE/MACRO-DIEESE, 1994.

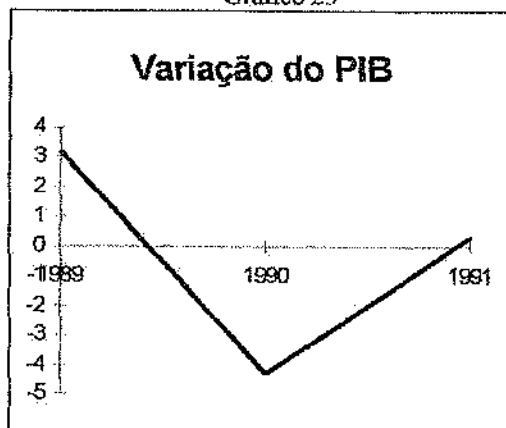
Os preços e os salários passaram a ter os reajustes pelos índices de inflação pré-fixados pelo governo. Essa nova regra de reajuste dos salários excluiu o índice de reajuste correspondente ao mês de março, de 84,32% (IPC-FIBGE). Houve uma tentativa de desindexação dos preços e salários.

Na área externa houve a adoção de taxas de câmbio flutuante, com taxas definidas pelo mercado. Na política comercial o governo Collor iniciou um processo de abertura comercial, cujos percalços econômicos e políticos não permitiram que evoluísse muito, havendo uma estagnação do comércio exterior (gráfico 25, p. 48). As tarifas de importação foram diminuídas num processo de liberalização da economia brasileira que visava expor a indústria nacional à competitividade externa.

Esse conjunto de medidas deixa claro o caráter recessivo do Plano Collor. Tentava-se conter a subida dos preços pela insuficiência de demanda. Foram cortados gastos do

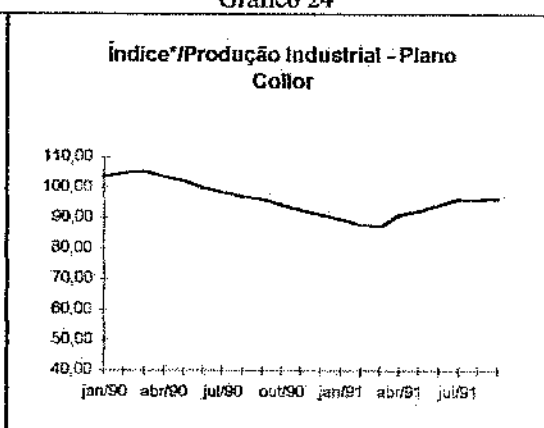
governo e contido o consumo, pelo expurgo da inflação de março do reajuste salarial e pelo confisco dos ativos financeiros. Os impostos e tarifas públicas foram reajustados. A liquidez de moeda sofreu uma forte restrição.

Gráfico 23



Fonte: Conjuntura Econômica, agosto/1996, pág. 19.

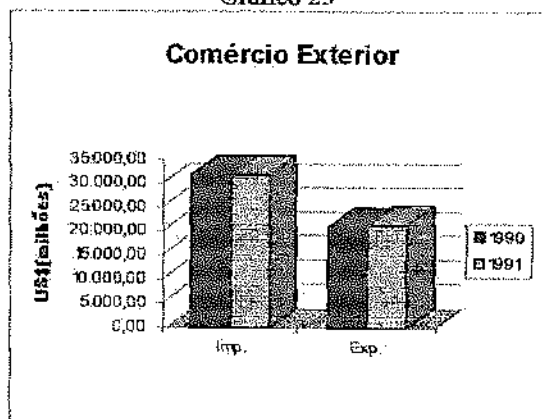
Gráfico 24



Fonte: Conjuntura Econômica, dezembro/1992, pág. 7.

\*Últimos 12 meses em relação a igual período anterior.

Gráfico 25



Fonte: Conjuntura Econômica, dezembro/1992, pág. 25.

O plano foi saudado por muitos economistas como corajoso e necessário. Alguns, porém, mostravam-se receosos com a possibilidade do plano mergulhar o país em uma recessão (gráfico 23, p. 48)<sup>9</sup>.

<sup>9</sup>Economistas como Marcos Cintra Cavalcanti (1990: 120,121), Roberto Macedo (1990: 121-123), etc, estiveram a favor. Outros, como Eliana Cardoso (1990: 126-128), mostraram-se desde o primeiro momento preocupados com a possibilidade de recessão.



Dentre todas essas medidas a mais polêmica e a que trouxe os efeitos mais imediatos e visíveis sobre a economia foi o confisco dos ativos financeiros. Ao confiscar os ativos depositados em bancos o governo promoveu uma forte restrição ao poder de compra da população. Sem seus recursos monetários disponíveis as pessoas e as empresas restringiram seus gastos ao mínimo.

O resultado do confisco foi que a liquidez da economia foi diminuída imensamente. De acordo com artigos publicados na época, a liquidez da economia teria caído de 25% para algo em torno dos 9 ou 10%<sup>10</sup>. Houve uma diminuição de, aproximadamente, 60% de todos os ativos financeiros.

A consequência para tamanha restrição de liquidez foi, como muitos temiam desde o anúncio do plano, a recessão. O confisco de ativos e a insegurança quanto a novas medidas do governo derrubaram a demanda. Existiram cortes em encomendas e atrasos em pagamentos, gerando grande confusão na economia. Com isso o nível de produção industrial também caiu (gráfico 24, p. 48). Essa situação levou o governo a criar mecanismos para aumentar a liquidez do mercado, conhecido como “torneiras”. Porém, nem a cobrança de taxas de juros reais negativas evitaram a recessão. Do choque ortodoxo resultou uma queda do PIB de 4,4% em 1990.

A inflação, no entanto, mostrou um comportamento semelhante ao verificado nos Plano Bresser e Verão, uma queda inicial nos dois primeiros meses, acompanhada de uma reaceleração (gráfico 22, p. 47). Apesar da extrema contenção de demanda que o Plano Collor impôs à economia a inflação em nenhum momento apresentou índices abaixo de 7,31%(INPC-IBGE). Houve uma queda entre os meses de março e maio, apresentando novo crescimento a partir de junho.

A queda de preços verificada foi muito mais consequência do movimento de venda de ativos imóveis por parte dos agentes econômicos na tentativa de refazer suas reservas de recursos disponíveis que haviam sido confiscados. Foi forte movimento de venda que derrubou os preços nos dois primeiros meses do plano. O resultado efetivo do plano, no entanto, foi a recessão. O governo que afirmava ter um só “tiro” para abater o inimigo, a

---

<sup>10</sup> Bresser Pereira, 1990: 126.

inflação, errou o alvo e lançou a economia numa situação difícil, com a combinação de inflação alta e recessão.

A nível de idéias o legado do Plano Collor foi a abertura da economia e a privatização de empresas estatais. A liberalização do comércio exterior brasileiro, nesse momento iniciada, foi acolhida pelos governos posteriores ao Impeachment de Collor. A venda de empresas estatais para solucionar os problemas do déficit público, também.

No início de 1991 foi feita mais uma tentativa de estabilizar a economia, conhecida como Plano Collor II. Assim como o Plano Collor I esse novo plano não conseguiu sucesso. No ano de 1991 a economia manteve-se estagnada registrando um crescimento de 0,2% do PIB.

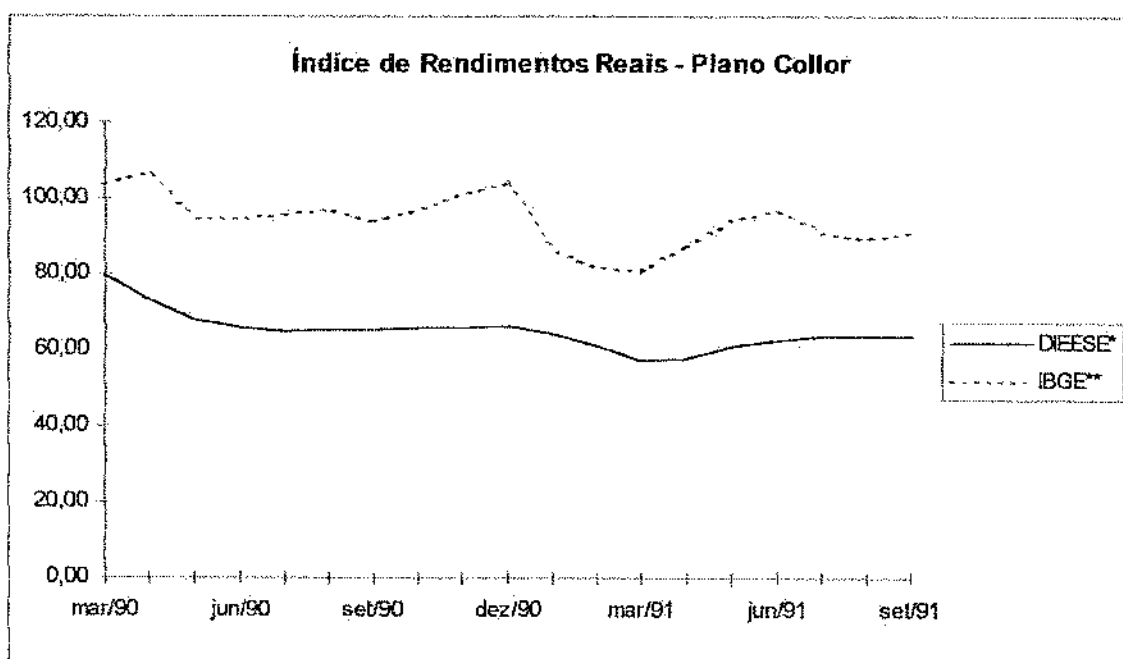
A partir de outubro de 1991 assume o controle da economia Márcio Marques Moreira que retorna à prática ortodoxa gradualista. O Plano Collor ficou para a história, em consequência de seu radicalismo ortodoxo, como um período de grande recessão.

## 6.2 RENDIMENTOS E EMPREGOS

Tanto o nível de rendimento real quanto o de desemprego sofreram com a ortodoxia do Plano Collor. O estado de recessão em que a economia foi colocada provocou grande queda dos rendimentos reais e grande crescimento do desemprego.

Nos dois primeiros meses de 1990, apesar dos elevadíssimos índices de inflação, os rendimentos mantinham um nível superior ao registrado em igual período do ano anterior. Havia uma continuidade do lento crescimento que vinha sendo registrado desde o segundo semestre de 1988.

**GRÁFICO 26**



Fonte: SERVI/MACRO-DIEESE, 1994. Conjuntura Estatística, dezembro/1992, pág. 12.

\* Rendimento Médio Real (média trimestral) - São Paulo - Base Média 1985=100

\*\* Rendimento Médio Real - São Paulo - Base Março 1986=100

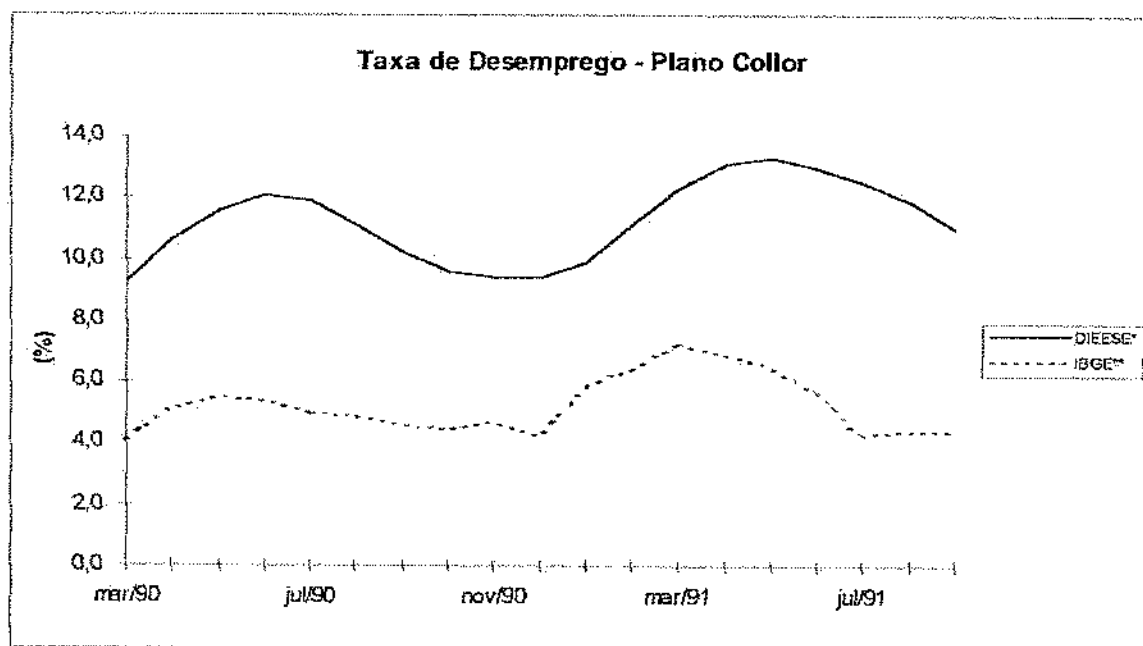
A implantação do Plano Collor provocou uma forte queda imediata do rendimento real (DIEESE). As perdas dos primeiros meses foram causadas pelo expurgo do índice de inflação de março e pela imediato desaquecimento da economia (Gráfico 26, p. 51). A partir daí os rendimentos sofreram com a recessão que se instalou, com os reajustes

salariais pré-fixados e, a partir de maio, com a livre negociação dos reajustes salariais num momento desfavorável para os trabalhadores.

O impacto negativo da recessão sobre os rendimentos foi tão forte que nem no último trimestre de 1990, período em que normalmente estes registram elevação, essa foi verificada. Se comparados com o período do Plano Cruzado os rendimentos registram perdas muito superiores. Quanto ao Plano Collor os dados de ambos os institutos deixam claras as perdas.

Durante o ano de 1991 as perdas continuaram. O Plano Collor II, anunciado no mês de fevereiro, joga os rendimentos reais para um nível ainda mais baixo que o verificado no Plano Collor I. No mês de março deste ano os rendimentos registraram uma perda de 2,25% em relação a março de 1990, que já havia sido um mês de grandes perdas. O nível dos rendimentos continuou baixo até setembro de 1991, último mês do plano. O índice de rendimentos do IBGE também indica perdas, porém menos intensas que as registradas pelo DIEESE.

**GRÁFICO 27**



Fonte: SERVE/MACRO-DIEESE, 1994. Conjuntura Econômica, novembro/1990, pág. 141.

\* Desemprego Total - São Paulo

\*\* Desemprego Aberto - São Paulo

Os índices de desemprego mostram que houve uma piora semelhante à verificada nos índices de rendimentos. Entre janeiro e março de 1990 os índices se mostram inferiores aos verificados em igual período do ano de 1989. A partir de abril os índices de 1989 foram ultrapassados. O índice de desemprego do DIEESE, que em março indicava 9,3%, em junho atinge 12,1%. O desemprego continua alto durante todo o ano (Gráfico 27, p. 52).

Em 1991 a situação continuou a agravar-se. No período compreendido entre o anúncio do Plano Collor II, fevereiro de 1991, e setembro deste mesmo ano, em nenhum momento a inflação caiu abaixo dos 11,0%. Durante três meses permaneceu na faixa dos 13%, superando os índices do ano de 1990 que já eram considerados altos.

Os dados do IBGE também indica uma elevação dos níveis de desemprego em relação aos registrados em anos anteriores ao Plano Collor.

## 7 PLANO REAL

### 7.1 O PLANO

O Plano Real surgiu em mais um momento delicado dentre os muitos que o Brasil tem passado em virtude do processo de aceleração inflacionária. O perigo de uma hiperinflação voltava a assustar o país durante o ano de 1993.

Nesse clima o então presidente da república, Itamar Franco, empossou no Ministério da Fazenda o então senador Fernando Henrique Cardoso, no início do ano de 1993. O quadro difícil da economia provocou pressões sobre o governo para que fosse tentado mais um plano de estabilização da economia. Além do contínuo crescimento da inflação, que no início do ano já se aproximava dos 30%, o governo enfrentava outros problemas provenientes da fase recessiva enfrentada entre 1990 e 1992, fase do governo de Fernando Collor.

Com o desemprego em alta, os salários em baixa, inflação crescente e grande pressão política, o governo foi obrigado a agir de forma mais decisiva, implementando um novo plano de estabilização da economia, o Plano Real. Teve início, assim, uma nova tentativa de estabilização. Seguindo um rumo já indicado pelo Plano Collor, o Plano Real se apresentou nitidamente influenciado pelo liberalismo econômico irradiado a partir do FMI para os países do terceiro mundo.

O Plano Real foi implantado aos poucos, em fases. Foi composto de três fases, colocadas em prática entre o segundo semestre de 1993 e julho de 1994. De forma resumida pode-se dizer que as três fase visavam ajustar as contas públicas, eliminar a inflação inercial e mudar o padrão monetário, respectivamente.

A primeira dessas três fases foi a do ajuste fiscal. Durante o segundo semestre de 1993 o governo enviou uma proposta ao congresso para responder aos problemas do desequilíbrio orçamentário brasileiro. Essa proposta, chamada de Fundo Social de Emergência (FSE), tinha como objetivos não só aumentar a arrecadação do tesouro

nacional como também dar maior flexibilidade ao governo na utilização das receitas, desvinculando as verbas federais de suas destinações constitucionais.

O FSE foi constituído com verbas provenientes da elevação das alíquotas dos impostos federais em 5%, a recriação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e com recursos da diminuição das transferências de receitas da União para os estados e os municípios. O objetivo, formalmente anunciado, da FSE era de diminuir os custos sociais decorrentes da implantação do plano. Depois verificou-se que suas verbas foram usadas para as mais diversas destinações<sup>11</sup>.

A segunda fase do plano teve início no dia 1º de março de 1994. Nessa data introduziu-se na economia a URV, que deveria desempenhar o papel de superindexador da economia. O governo esperava que todos os preços e contratos da economia fossem convertidos para esse superindexador, em substituição a todos os outros indexadores existentes.

A URV tinha como objetivo eliminar o fator inercial da inflação. Foi fruto da proposta de combate à inflação inercial conhecida como “moeda-indexada”, proposta da dupla de economistas Pêrsio Arida e André Lara Resende, feita nos anos 80 e apresentada como opção de ação a ser implantada na época do Plano Cruzado. A intenção era que, estando toda a economia indexada com base num só indexador, houvesse a eliminação do conflito distributivo, fator determinante da inflação inercial. Deixava-se que os preços continuassem a subir em cruzeiro real, enquanto permaneciam constantes em URV. Quando todos os preços estivessem convertidos para o indexador geral, esse se tornaria moeda. Uma moeda livre da desvalorização inflacionária.

A terceira fase do plano teve início em 1º de julho de 1994. A partir dessa data o indexador geral, URV, passou a ser a moeda oficial com o nome de “Real”. A partir desse momento, com uma nova moeda livre da inércia inflacionária, a inflação passou a ser controlada por instrumentos ortodoxos de política monetária, com o estabelecimento de metas de expansão da base monetária, e cambial. Nessa mudança de moeda o aumento dos preços dos últimos dez dias de junho foi expurgado da inflação do mês,

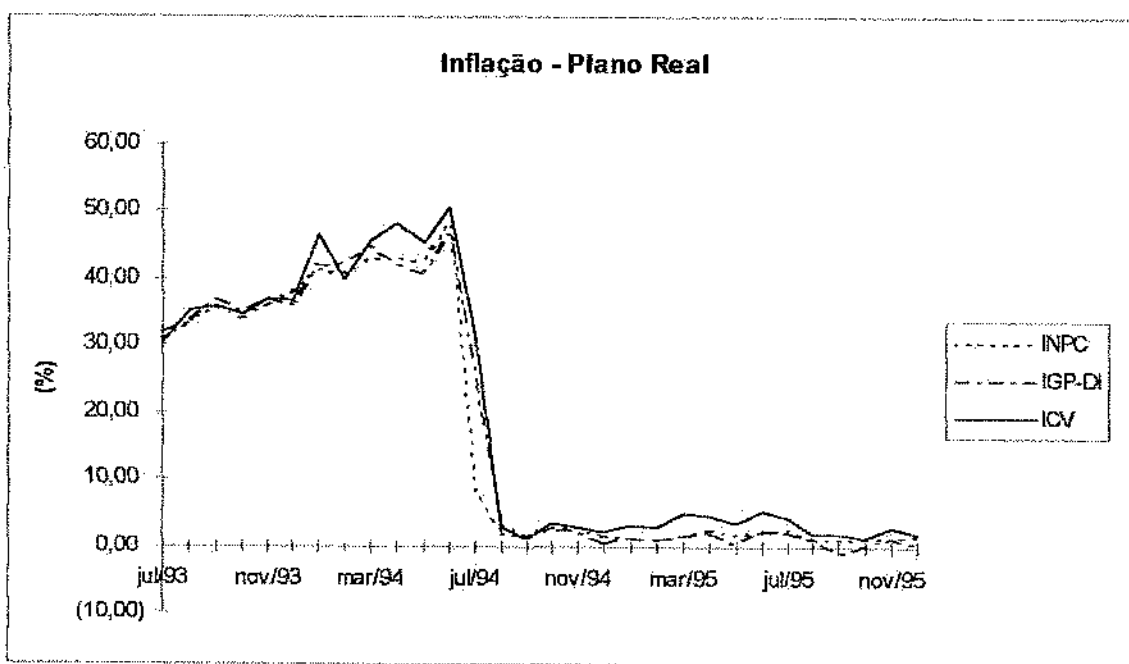
---

<sup>11</sup> Filgueiras, 1994: 5.

algo prejudicial para os trabalhadores pois enquanto os preços subiram livremente os índices inflacionários não captaram os aumentos de forma a repassá-los para os salários.

A fórmula funcionou. A inflação caiu bruscamente (Gráfico 28, p. 56). De índices próximos a 50% em junho de 1994 desceu para uma faixa entre 6 e 7%, segundo índices do IBGE, no primeiro mês da nova moeda. Continuou a cair nos meses seguintes, mantendo índices na faixa entre 1 e 2% até dezembro de 1995.

**GRÁFICO 28**



Fonte: Conjuntura Econômica, novembro/1994, pág. 2 e 3 e agosto/1996, pág. 3 e 4. SERVE/MACRO-DIEESE, 1994.

No entanto, a compreensão da queda da inflação após julho de 1994 não pode se dar apenas pelas medidas colocadas em prática nas três fases de implantação do plano, acima citadas. A inflação não caiu apenas pelo receituário ortodoxo-inercialista colocado em prática nessas três fases. É necessária a análise das medidas de política monetária, cambial e de comércio exterior, fundamentais para o sucesso do plano no que diz respeito ao controle do processo inflacionário.

O sucesso no controle da inflação, por um prazo muito maior que o verificado em outros planos de estabilização, é devido em grande parte à abertura da economia brasileira ao exterior. A queda das tarifas de importação, a prática de elevadas taxas de juros, a



desregulamentação do mercado financeiro e a política cambial, que provocou a valorização do Real em relação ao dólar, são fatores decisivos para esse sucesso.

A taxa de câmbio, após a introdução do Real, passou a valorizar a moeda nacional em relação ao dólar, seguindo a tendência dos planos econômicos implantados recentemente na América-Latina. Aqui, porém, essa prática foi radicalizada. Enquanto em alguns países manteve-se a paridade entre moeda nacional e dólar, no Brasil o Real foi valorizado em relação ao dólar ao ponto de, em novembro de 1994, 1 Dólar valer 0,842 Real. Essa é a chamada “âncora cambial” fundamental para o sucesso do plano.

Essa valorização do Real associada à continuidade do processo de abertura comercial, com a queda das tarifas de importação, permitiu que o mercado nacional fosse inundado por mercadorias importadas a baixo preços. Essas mercadorias importadas é que contiveram a subida de preços após a reforma monetária. Tanto foi assim que a inflação, do primeiro ano do Real, computada somente sobre os bens que passaram a sofrer a concorrência dos importados ficou em 32%, enquanto a verificada nos preços de produtos que não sofreram essa concorrência ultrapassou os 134%<sup>12</sup>. Para conter os preços internos uma das danosas práticas do governo foi o arrocho dos preços mínimos dos produtos agrícolas.

Essa prática, no entanto, não poderia ser sustentada por muito tempo se não houvesse uma fonte de recursos externos capaz de compensar os problemas do Balanço de Pagamentos que, naturalmente, apareceriam como consequência do crescimento das importações.

Praticar taxas de juros elevadas e a desregulamentar o mercado financeiro foi a saída meio escolhido pelo governo para garantir as reservas cambiais do país. O plano do governo era, e ainda é, aproveitar a grande liquidez do mercado financeiro internacional e o retorno dos capitais aos países da América-Latina para canalizar parte desses recursos para as reservas cambiais brasileiras. O financiamento dos nossos déficits da Balança de Pagamentos passou a ser feito, basicamente, com capitais especulativos internacionais.

---

<sup>12</sup> Filgueiras, 1995: 8.

Com essa política as reservas cambiais brasileiras tem atingido níveis recôrdes, permanecendo acima de US\$ 50 bilhões há vários meses (Gráfico 29, p. 60).

Percebe-se assim que o sucesso do Plano Real depende muito de fatores externos. O plano leva o Brasil rumo ao processo de globalização da economia e de expansão do comércio internacional (Gráfico 30, p. 60). O controle dos preços depende da exposição da indústria nacional à concorrência internacional, havendo o controle de preços pelo acirramento da concorrência. Concorrência que obriga as empresas a reestruturarem sua produção, ganhando competitividade, fazendo cair os preços.

Nesse processo as empresas brasileiras estão modernizando-se tecnologicamente para poderem sobreviver num mercado mais competitivo. Desde o início do Plano Real as importações de máquinas vem crescendo (gráfico 32, p. 60), deixando clara essa busca pelo crescimento da produtividade. Ainda como consequência desse processo de busca da produtividade vêm ocorrendo mudanças na gestão do trabalho. Novas formas de gestão estão sendo colocadas em prática nas empresas brasileiras. Respaladas no sucesso das empresas asiáticas programas de Qualidade Total, Reengenharia, just-in-time, etc, estão sendo cada vez mais utilizados, visando enxugar o quadro de pessoal das empresas e, assim, diminuir os custos de produção.

Os aspectos ortodoxos do plano atuam conjuntamente com as medidas de liberalização da economia. A ortodoxia que esteve presente no ajuste fiscal de 1993; na política de contenção da base monetária, após julho de 1994; na política salarial, que além promover mais uma conversão dos salários pela média, promoveu a livre negociação após um ano do Real; e na política de "stop and go", praticada pelo governo desde a reforma monetária de julho de 1994.

A realidade é que no que diz respeito a controle dos preços o plano tem sido um sucesso. A inflação se mantém sob controle a mais de dois anos, podendo acusar uma taxa anual de um dígito no ano de 1996. Além disso, as reservas cambiais continuam altas, dando confiança ao governo no que diz respeito à sua política cambial.

Quanto ao crescimento econômico, apesar de positivas, as taxas se mostram baixas no Plano Real. O segundo semestre de 1994 foi o único grande momento de crescimento da economia, como pode ser visto pelo comportamento da produção industrial (gráfico 31, p. 60). Essa tendência de crescimento, no entanto, foi revertida no 1º semestre de 1995 como consequência da política econômica recessiva aplicada pelo governo a partir do 2º trimestre deste ano. O resultado foi uma queda da produção industrial.

Apesar desse duradouro sucesso, quanto ao controle dos preços, em relação a seus antecessores, o plano enfrenta algumas nuvens negras em seu horizonte. Os sucessos desse plano tem altos custos de sustentação. A entrada de capitais financeiros, festejada por manter alto o nível das reservas cambiais, acaba pressionando o tamanho da base monetária. O controle da base monetária leva o governo a aumentar a dívida pública. A continuidade dos baixos níveis de inflação, no entanto, depende da abertura econômica, mantendo-se déficits, ou pequenos superávites, da balança comercial. Essa situação provoca a dependência do capital externo para financiar o Balanço de Pagamentos. A consequência é a continuidade da sobrevalorização cambial e das altas taxas de juros.

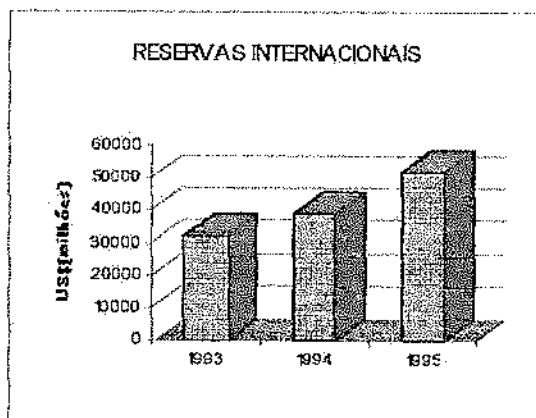
O governo brasileiro experimentou um pouco do perigo que representa sua opção de política econômica com a crise cambial mexicana iniciada em dezembro de 1994. Os reflexos dessa crise no mercado financeiro internacional provocaram um movimento de saída dos capitais especulativos que se encontravam no país, diminuindo o nível das reservas. Esse susto levou o governo a controlar o crescimento da economia a partir o segundo trimestre de 1995, até o início de 1996.

A manutenção do processo de abertura da economia tem determinado um crescimento explosivo da dívida pública (Anexo, Quadro 1). Essa vem crescendo num ritmo muito superior ao do produto da economia. Para financiar esse crescimento tem havido constantes cortes dos gastos públicos. A privatização de empresas estatais que era tida como saída para o controle da dívida pública tem se mostrado insuficiente para tal feito.

Enfim, apesar dos festejados índices de inflação, o plano se mostra como uma obra inacabada. A dependência de capitais externos está provocando uma série de problemas que tornam o futuro do plano bastante incerto. A continuidade desse fluxo de capitais é

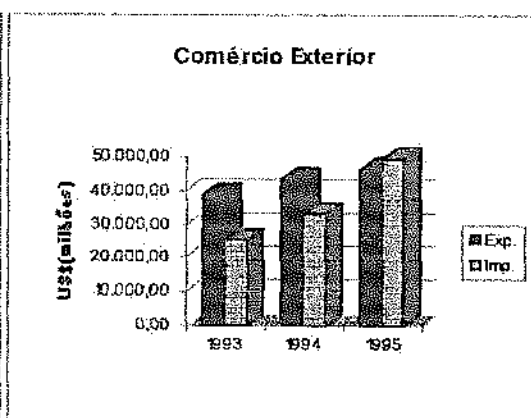
essencial para o plano. Porém, para que isso aconteça é necessário que o país transmita uma margem de segurança e de estabilidade para que agentes financeiros externos dêem continuidade ao fluxo de entrada de capitais.

Gráfico 29



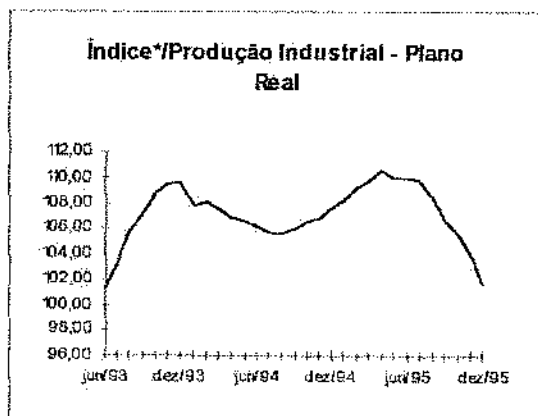
Fonte: Conjuntura Econômica, agosto/1996, pág. 17.

Gráfico 30



Fonte: Conjuntura econômica, agosto/1996, pág. 16.

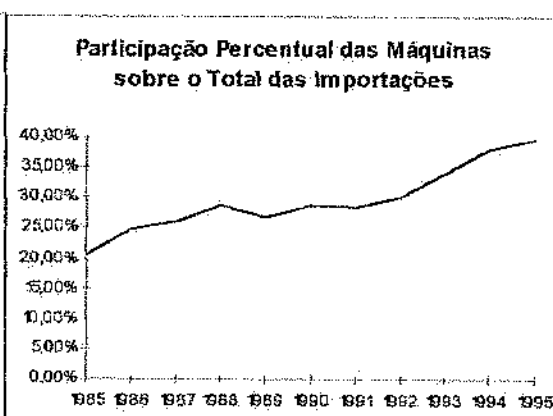
Gráfico 31



Fonte: Conjuntura Econômica, nov./94, pág. 6 e ago./96, pág. 6.

\*Últimos 12 meses em relação a igual período anterior.

Gráfico 32



Fonte: Conjuntura Econômica, agosto/1996, pág. 19.

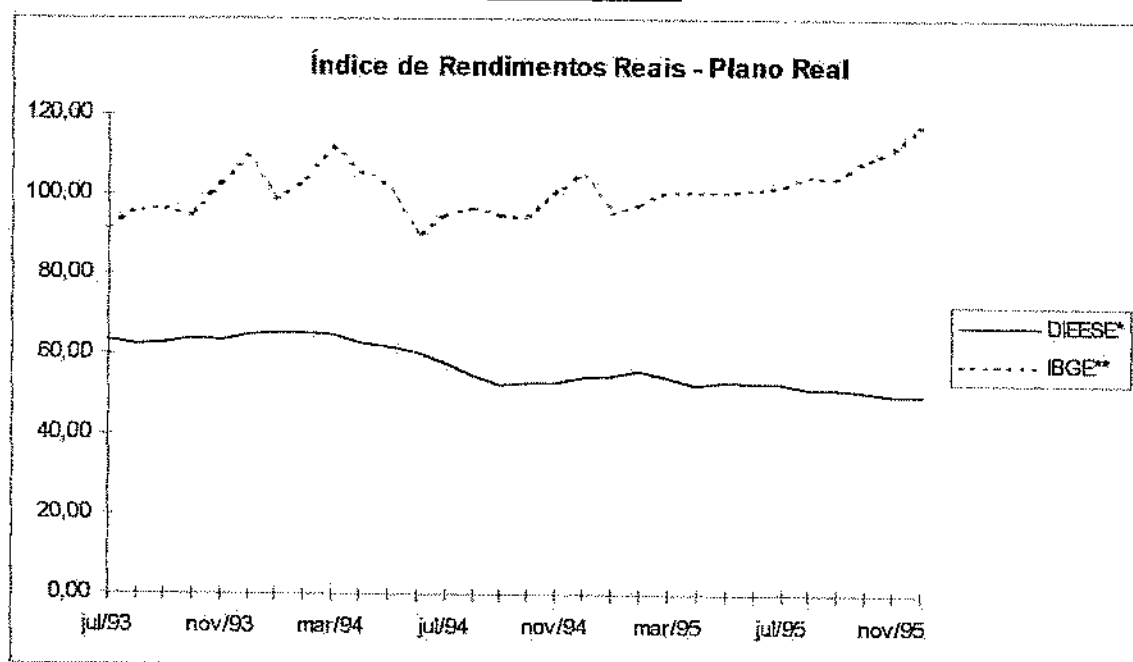
Começam a aparecer, no entanto, fontes de instabilidade. As políticas de taxa de câmbio valorizada e de taxa de juros alta prejudicam a produção nacional e, conseqüentemente, o nível de emprego. A dívida pública cresce com a necessidade de controlar a base monetária, constantemente pressionada pela entrada de capitais estrangeiros. Sendo assim, Balanço de Pagamentos, dívida pública e desemprego aparecem como três fatores desestabilizadores do plano.

## 7.2 RENDIMENTOS E EMPREGOS

A abertura da economia, consolidada no Plano Real, dá a este características um pouco diferentes quanto ao comportamento dos rendimentos e do nível de emprego, quando comparadas as taxas de crescimento do PIB. Em outros plano de estabilização a estabilidade dos preços e o crescimento do produto interno, mesmo que pequeno, sempre determinaram crescimento dos rendimentos e queda do desemprego. No Real, cuja estabilidade decorre da abertura da economia e da consequente entrada de capitais e mercadorias estrangeiros, a situação se mostra bem diferente.

As influências do plano sobre os rendimentos reais e os índices de desemprego são diferentes vistas a partir dos dados do IBGE e do DIEESE. Ambos mostram um comportamento flutuante entre o final de 1993 e o início de 1995. O IBGE, no entanto, mostra uma tendência de crescimento enquanto o DIEESE mostra uma tendência de queda (Gráfico 33, p. 61).

**GRÁFICO 33**



Fonte: SERVE/MACRO-DIEESE, 1994. Conjuntura Estatística, dezembro/1992, pág. 12.

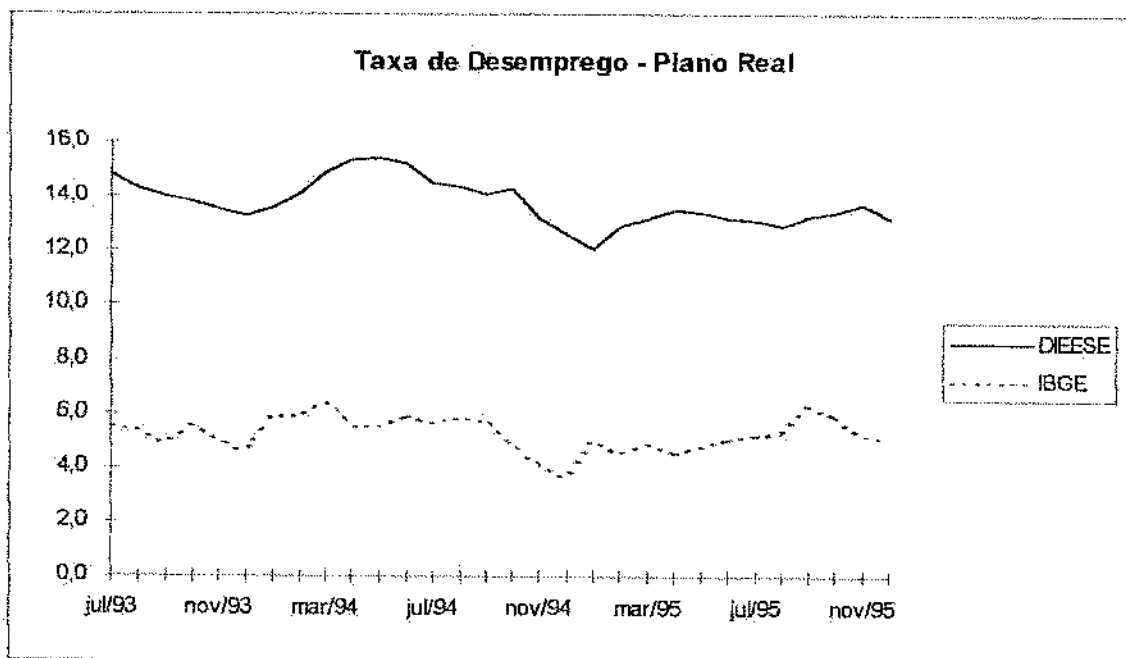
\* Rendimento Médio Real (média trimestral) - São Paulo - Base Média 1985=100

\*\* Rendimento Médio Real - São Paulo - Base Março 1986=100

As flutuações do nível dos rendimentos reais (IBGE) são quase que totalmente explicadas por fatores sazonais, crescendo, essencialmente, no último trimestre de cada ano, apresentando uma tendência de crescimento mais firme durante o segundo semestre de 1995. O DIEESE, no entanto, indica um nítida tendência de decréscimo dos rendimentos. O único momento em que nota-se algum crescimento é o período de aquecimento da economia verificado no segundo semestre do ano de 1994.

O desemprego também não mostra uma mudança significativa nessa fase do Real. Assim como nos rendimentos reais, o índice de desemprego só apresenta uma melhora significativa no período de aquecimento da economia compreendido entre o segundo semestre de 1994 e o primeiro trimestre de 1995 (Gráfico 34, p. 62). O aperto promovido na economia a partir do segundo trimestre de 1995 os índices voltam a subir. O desemprego, no entanto, de uma forma geral, se mantém alto durante todo o período, em comparação aos índices verificados nos Planos Cruzado, Bresser e Verão, mesmo em seus piores momentos. Há uma continuidade dos altos índices de desemprego que passam a ser verificados desde o governo de Fernando Collor.

**GRÁFICO 34**



Fonte: SERVI/MACRO-DIEESE, 1994. Conjuntura Econômica, novembro/1990, pág. 141.

\* Desemprego Total - São Paulo

\*\* Desemprego Aberto - São Paulo

Embora os dados do DIEESE registrem a influência das medidas recessivas do 1º semestre de 1995, o comportamento dos rendimentos e do desemprego encontram explicação não só pelas medidas ortodoxas, mas também pela liberalização da economia.

A ortodoxia tem sua influência pela necessidade do governo controlar o ritmo do crescimento da economia devida aos problemas com a balança comercial. Nesse ambiente de abertura da economia para a concorrência externa, a aceleração do crescimento tem sido acompanhada por grandes déficits comerciais. O medo de uma crise cambial levou o governo a manter uma política de "stop and go" que impede que o país cresça a taxas elevadas. Esse processo fica nítido observando-se o comportamento do governo quando do forte aquecimento da economia no 2º semestre de 1994 e no 1º trimestre de 1995. O crescimento do déficit da balança comercial e o exemplo da crise mexicana levaram o governo a desaquecer a economia a partir do 2º semestre de 1995.

Por outro lado, com abertura da economia os rendimentos dos assalariados e os empregos ficaram prejudicados pela reestruturação da produção, tendo em vista o acirramento da concorrência. A modernização tecnológica e a adoção de novos métodos de gestão do trabalho determinaram um processo de crescimento do desemprego e queda dos rendimentos em virtude das mudanças ocorridas na estrutura produtiva do país.

Enfim, apesar da tão sonhada estabilidade dos preços, o Plano Real vem sendo prejudicial para os trabalhadores.

## 8 CONCLUSÃO

Os dez anos compreendidos entre 1986 e 1995 constituem um período de perdas para os trabalhadores. Os planos de estabilização econômica colocados em prática nesse período, embora se apresentem como uma mescla de vários receituários de combate à inflação, tiveram, em algum momento, medidas recessivas. A ineficiência do primeiro dos quatro planos, o Cruzado, cujo fracasso foi, em grande parte, creditado ao excesso de demanda, fez com que a ortodoxia estivesse sempre presente, utilizada nos momentos de crise para evitar a explosão dos índices de inflação.

Em decorrência dos números encontrados, pode-se concluir que os cinco planos de estabilização econômica implementados a partir de 1986 determinaram prejuízo para os trabalhadores, expressos pela piora dos níveis de rendimentos e de emprego. Em todos os planos existiram medidas ortodoxas de combate à inflação que foram as principais responsáveis pela degradação dos rendimentos e pelo aumento do desemprego, à exceção do Plano Real, onde a reestruturação produtiva fruto da abertura econômica passou a ser um agente importante desse processo.

O controle do crescimento, utilizado como instrumento de política econômica, para inibir o processo de aceleração inflacionária provocou uma queda dos rendimentos reais e um aumento dos índices de desemprego. Como consequência da utilização dessas medidas restritivas o período entre 1986 e 1995 registrou um crescimento da economia um pouco superior a 25%, índice que, para um período de 10 anos, se mostra muito pequeno. Esse crescimento indica uma taxa anualizada de crescimento pouco superior a 2% ao ano, uma taxa muito pouco significativa.

Nesse planos de estabilização as preocupações com déficit público, balança comercial e base monetária conduziram as políticas econômicas para um comportamento recessivo sobre a economia. Ajustes fiscais, altas taxas de juros, cortes de gastos do governo e políticas salariais restritivas foram instrumentos de política econômica muito utilizados durante esses dez anos. A questão do controle do déficit público, principalmente, foi marcante durante todo o período, estando presente em todos os planos.



Gráfico 35

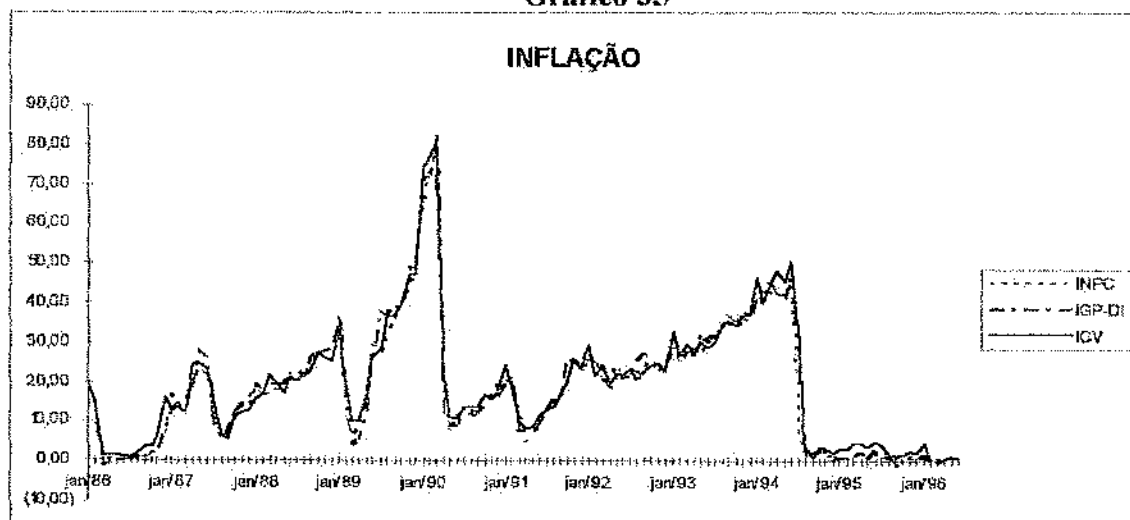
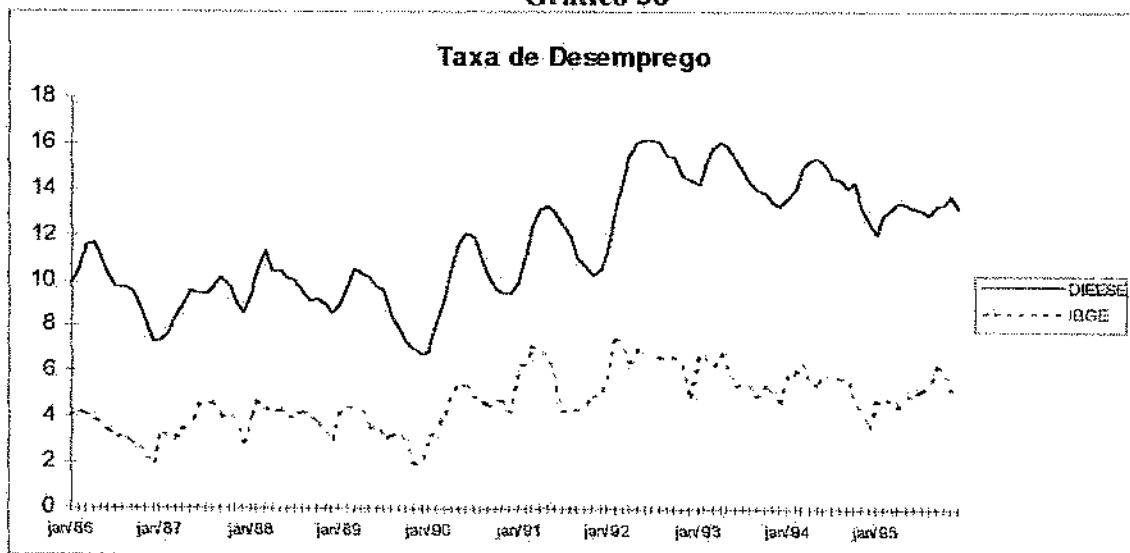


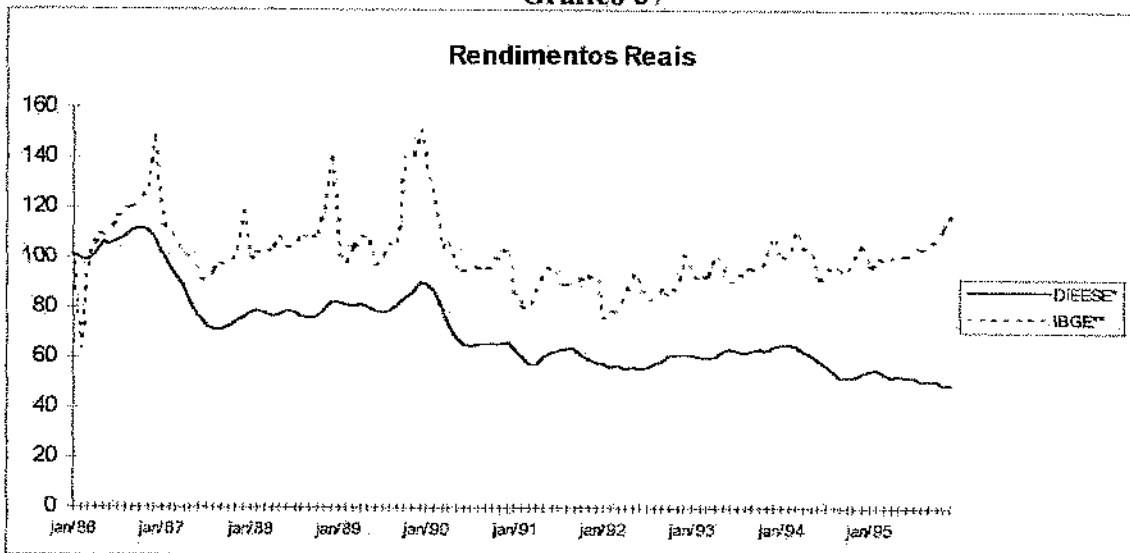
Gráfico 36



\* Desemprego Total - São Paulo

\*\* Desemprego Aberto - São Paulo

Gráfico 37



\* Rendimento Médio Real (média trimestral) - São Paulo - Base Média 1985=100

\*\* Rendimento Médio Real - São Paulo - Base Março 1986=100

Apesar das preocupações constantes com os efeitos do descontrole das contas públicas e com a expansão da base monetária, o tamanho atingido pelo déficit atualmente mostra que o governo em nenhum momento conseguiu manter um controle efetivo sobre esses agregados. As metas de controle sempre foram desobedecidas, tendo como consequência o constante reaparecimento do processo de aceleração inflacionária e o aumento da dívida pública, e a adoção de novas medidas restritivas. Mesmo no Plano Real, que em relação ao combate à inflação tem obtido sucesso via liberalização da economia, a ortodoxia aparece na política "stop and go", onde qualquer revés com a balança comercial ou com o fluxo de entrada de capitais financeiros leva o governo a conter o crescimento da economia.

Os dados do IBGE e do DIEESE sobre rendimentos indicam análises um pouco diferenciadas sobre o período em questão. O IBGE mostra um quadro de estagnação dos rendimentos reais entre 1986 e 1995, há um pequeno crescimento. Pode-se verificar um crescimento inicial, nos primeiros meses do Plano Cruzado, com posterior queda a partir de 1987 com o fracasso do Cruzado e com o Plano Bresser. Após isso houve uma estagnação até o final de 1989. O Plano Collor levou a uma queda dos níveis de rendimentos que passaram a se recuperar com o início do Plano Real. Um balanço geral do período, com base no IBGE, leva a concluir por uma estagnação dos rendimentos durante os últimos dez anos. Já o DIEESE apresenta um quadro pior. O DIEESE mostra curtos períodos de crescimento, mas a maior parte do tempo o que se percebe é uma sequência de perdas de valor. Os momentos de crescimento restringem-se à fase de crescimento entre março e novembro de 1986 e o final do ano de 1989. Porém, o resto do tempo é marcado por perdas ou por estagnação. Nem o aquecimento verificado no início do Plano Real sustentou o crescimento dos rendimentos por muito tempo.

Quanto ao comportamento dos índices de desemprego, os dados do IBGE e do DIEESE se mostram mais concordantes que os relativos aos rendimentos reais. Embora mostrando índices de desemprego diferentes, a variação dos índices dos dois institutos é bastante semelhante. O desemprego tem um quadro de nítido crescimento entre 1986 e 1995. Verifica-se um processo de crescimento do desemprego ao longo do tempo. Um processo que foi mais acentuado durante o Plano Collor devido à sua característica fortemente ortodoxa. O desemprego dá um salto de patamar nesses dez anos. Durante o

governo Sarney flutuou entre 9 e 11%. A partir do governo Collor esses índices passaram a superar constantemente os 12 ou 13%, chegando, em alguns momentos, a superar os 15%.

É necessário fazer uma ressalva quanto ao comportamento, das variáveis em estudo, durante o Plano Real. O objetivo deste trabalho, relacionar o comportamento das variáveis rendimento e emprego durante os planos de estabilização com medidas recessivas, torna-se difícil pela forte atuação de outro agente: a reestruturação produtiva. O processo de mudança tecnológica que tem ocorrido na economia brasileira durante os últimos anos tem feito com que as variáveis rendimento e desemprego tenham sofrido uma forte influência da mudança na estrutura produtiva da economia brasileira.

Enfim, de acordo com a opção indicada na apresentação do trabalho pelos dados do DIEESE, conclui-se que o período de dez anos entre 1986 e 1995 foi extremamente prejudicial aos trabalhadores. Os rendimentos registram perdas de quase 40% e o desemprego aumentam, aproximadamente, 5 pontos percentuais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIDA, P. & RESENDE, A. L. Inflação inercial e reforma monetária: Brasil. In: ARIDA, P. Inflação zero - Brasil, Argentina e Israel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BACHA, Edmar L. Moeda, inércia e conflito: reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil. Rio de Janeiro, 1987. (PUC-RJ/TD 181).
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Novo Plano Cruzado. Revista de economia política, v. 7, n. 4, p. 145-151, out/dez, 1987.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. O plano verão e a crise estrutural da economia brasileira. Revista de Economia Política, v. 9, n. 4, p. 125-136, out/dez, 1989.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. O estrangulamento da liquidez como efeito do Plano Collor. Revista de Economia Política, v. 10, n. 3, p. 125-126, jul/set, 1990.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e Nakano, Yoshiaki. Inflação e Recessão: A teoria da inércia inflacionária., 3ª Ed., São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CARDOSO, Eliana. A grande depressão. Revista de Economia Política, v. 10, n. 3, p. 126-128, jul/set, 1990.
- CARNEIRO, Dioniso Dias. Plano Bresser - Primeiras reações. Revista de Economia Política, v. 8, n. 1, p. 136-137, jan/mar, 1988.
- CASTRO, Paulo Rabello de. A nova dívida "externa" do Plano Collor. Revista de Economia Política, v. 10, n. 3, p. 128-130, jul/set, 1990.
- CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, Marcos Cintra. O ortodoxo e o heterodoxo no Plano Collor. Revista de economia política, v. 10, n. 3, p. 120-121, jul/set, 1990.
- CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, Marcos Cintra. O Plano Bresser. Revista de Economia Política, v. 8, n. 1, p. 134-136, jan/mar, 1988.
- DELFIN NETO, Antônio. Só o político pode salvar o economista. Folha de São Paulo, 1986. p. 148-150. (A tragédia do Cruzado).
- FILGUEIRAS, Luiz A. M. A questão salarial no Plano FHC (Real). Força, trabalho e emprego, v. 11, n. 1/2, p. 31-36, jan/abr - maio/ago, 1994.
- FILGUEIRAS, Luiz A. M. Plano FHC: da "âncora cambial" à "âncora salarial", Salvador: FCE/UFBA.

- FILGUEIRAS, Luiz A. M. Plano FHC e desindexação: a questão salarial, Salvador: FCE/UFBA.
- FREITAS, Carlos Eduardo de. As elites pagam, a conta. Revista de Economia Política, v. 10, n. 3, p. 123-124, jul/set, 1990.
- FRIEDMAN, Milton. The role of monetary policy. The American Economic Review, Nashville, American Economic Association, v. 2, n. 58, p. 1-17, mar., 1968.
- GOLDESTEIN, Lidia *et alli*. O novo plano de congelamento. Revista de economia política, v. 8, n. 1, p. 132-134, jan/mar, 1988.
- GUERRA, Oswaldo. Um cruzado na inflação. Informe conjuntural, Salvador, v. 6, n. 1/2, p. 25-30, jan/fev, 1986.
- KANDIR, Antônio. A Dinâmica da Inflação. 1 ed., São Paulo: Nobel, 1990.
- LONGO, Carlos Alberto. Não há razão para pânico. Folha de São Paulo. 1986. p. 79-80. (A tragédia do Cruzado).
- LOPES, Francisco L. O choque heterodoxo: combate à inflação e reforma monetária, 10 Ed., Rio de Janeiro: Campus, 1986. p. 118-121.
- MACEDO, Roberto. O plano é melhor, o governo talvez. Revista de Economia Política, v. 10, n. 3, p. 121-123, jul/set, 1990.
- MAIA, César. Quem perde com o Plano Collor. Revista de economia política, v. 10, n.3, p. 135-137, jul/set, 1990.
- MERCADANTE, Aloísio & Mantega, Guido. A armadilha da liquidez que existe no Plano Collor. Revista de Economia Política, v. 10, n. 3, p. 130-131, jul/set, 1990.
- MUNHOZ, Dércio Garcia. Alternativas “não política” recessiva. Revista de Economia Política, v. 1, n. 4, p. 95-102, out/dez, 1981.
- OLIVEIRA LIMA, Luiz A. de. Meios e fins no novo choque econômico. Revista de economia política, v. 8, n. 1, p. 140-141, jan/mar, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. Estação Bresser - Largo Arrocho. Revista de Economia Política, v. 8, n. 1, p. 141-142, jan/mar, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. Fernando Otto Von Collor Bismark. Revista de Economia Política, v. 10, n. 3, p. 137-139, jul/set, 1990.
- O NOVO plano de congelamento. Revista de Economia Política, v. 8, n. 1, p. 132-134, jan/mar, 1988.
- PASTORE, Afonso Celso. Os rumos do Plano Cruzado. Folha de São Paulo. 1986. (A tragédia do Cruzado).

- PAULANI, Leda Maria. O debate da inflação e o paradoxo do choque. Folha de São Paulo. 1986. p.72-79. (A tragédia do Cruzado).
- PLANO COLLOR. Revista de economia política, v. 10, n. 3, p. 114-120, jul/set, 1990.
- PLANO VERÃO. Revista de economia política, v. 9, n. 2, p. 127-139 abr/jun, 1989..
- RANGEL, Ignácio M. O Plano Bresser. Revista de Economia Política, v. 8, n. 1, p. 137-138, jan/mar, 1988..
- REGO, José Márcio (org.). Inflação inercial. Teorias sobre inflação e o Plano Cruzado., 2 Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 7 a 72.
- RESENDE, André Lara. Sem Moeda forte não tem solução. Revista Exame, n.12, p. 25-27, julho, 1992.
- SANDOVAL DE VASCONCELOS, Marco Antônio *et alli*. Economia Brasileira Contemporânea: Para cursos de economia e administração. 1 ed., São Paulo: Atlas, 1996.
- SAYAD, João. A funcionalidade política da recessão. Revista de Economia Política. v.1, n. 4, p. 87-93, out/dez, 1981.
- SIMONSEN, Mário Henrique. Mais importante que o plano é a execução. Revista de Economia Política, v. 10, n. 3, p. 147-149, jul/set, 1990.
- SIMONSEN, Mário Henrique. O cruzado e a tesoura. Folha de São Paulo. São Paulo, 1986. (A Tragédia do Cruzado ).
- SINGER, Paul. O repeteco. Revista de Economia Política, v. 8, n. 1, p.138-140, jan/mar, 1988.
- SINGER, Paul. Uma crítica técnica do Plano Collor. Revista de Economia Política, v. 10, n. 3, p. 139-141, jul/set, 1990.
- TAVARES, Maria da Conceição e Belluzo, Luiz Gonzaga de Melo. Uma Reflexão sobre a Natureza da Inflação Contemporânea. Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- TAVARES, Maria da Conceição. Baixos salários e competitividade externa. Revista de Economia Política, v. 14, n. 2, p.138-140, abr/jun, 1994.
- TAVARES, Maria da Conceição. O consenso e o dissenso de Washington. Revista de Economia Política, v. 14, n. 2, p.140-142, abr/jun, 1994.

# ANEXO

### QUADRO 1

ANO	DÉFICIT PÚBLICO/PIB			Dívida mobiliária interna Federal*	variação percentual	inflação no ano (IGP-DI)
	NOMINAL	OPERACIONAL	PRIMÁRIO			
1985	28,00	-4,30	2,60	2,92E-01		225,50
1986	11,00	-3,60	1,60	7,31E-01	250,34%	142,30
1987	31,40	-5,50	-1,00	3,01E+00	411,76%	224,80
1988	49,84	-4,50	0,90	2,72E+01	903,65%	684,50
1989	73,25	-7,30	-1,00	5,57E+02	2047,79%	1320,00
1990	29,60	-1,30	-4,60	6,51E+03	1168,76%	2739,70
1991	27,20	0,00	-2,80	3,28E+04	503,84%	414,70
1992	44,41	2,20	-2,30	4,41E+05	1345,91%	991,40
1993	58,41	-0,25	-2,64	1,16E+07	2634,99%	2103,70
1994	44,41	-1,34	-5,16	8,58E+07	738,00%	1093,84
1995	7,34	4,99	-0,37	1,34E+08	156,02%	14,78

Fonte: Conjuntura Econômica, agosto/1996, pág. 16.

\* Dívida Mobiliária Interna - Em R\$ milhões